



**1T
23**

Itaú Unibanco Holding S.A.

Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3



1º Trimestre de 2023

Índice

Objetivo	1
Principais Indicadores	1
Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos	2
KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	2
OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição	3
Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos	3
Governança de Riscos e Capital	4
Cultura de Riscos	4
Apetite de Risco	5
Teste de Estresse	6
Plano de Recuperação	6
Avaliação da Adequação de Capital	7
Suficiência de Capital	8
OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	9
Comparação entre informações contábeis e prudenciais	10
LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial	10
LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco	11
LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições	12
PV1: Ajustes prudenciais (PVA)	12
Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding	13
Instituições não consolidadas	17
Instituições relevantes	17
Composição de Capital	18
CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)	18
CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)	19
CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial	21
Indicadores Macroprudenciais	22
CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico	22
GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs)	22
Razão de Alavancagem	23
LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)	23
LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem	23
Indicadores de Liquidez	24
LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez	24
Estrutura e Tratamento	24
LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	25
LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	26
Risco de Crédito	27
CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	27
CR1: Qualidade creditícia das exposições	28
CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal	29
CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	29
Exposições por setor econômico	30
Exposições por prazo remanescente de vencimento	30
Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso	31
Exposições por região geográfica no Brasil e por país	31
Maiores exposições	32
Exposições reestruturadas	32

CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito	32
CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito	33
CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito	34
CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)	34
Risco de Crédito de Contraparte	35
CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)	35
CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada	35
CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco	35
CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte	36
CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito	36
CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais	37
Exposições de Securitização	38
SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização	38
SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária	39
SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação	39
SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora	39
SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora	39
Risco de Mercado	40
MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado	40
MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado	42
MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos	42
MR2: Informações sobre as variações do RWA_{MINT}	45
Exposições sujeitas a risco de mercado	45
MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado	45
MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético	46
Teste de Aderência	46
Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos	46
IRRBB	47
IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB	47
Estrutura e tratamento	47
Outros Riscos	49
Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização	49
Risco Social, Ambiental e Climático	49
Risco de Modelo	50
Risco Regulatório ou de Conformidade	51
Risco Reputacional	51
Risco País	53
Risco de Negócio e Estratégia	53
Risco de Contágio	53
Riscos Emergentes	54
Risco Operacional	54
Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios	55
Validação Independente de Modelos de Riscos	56
Glossário de Siglas	57
Glossário de Regulamentos	60

Objetivo

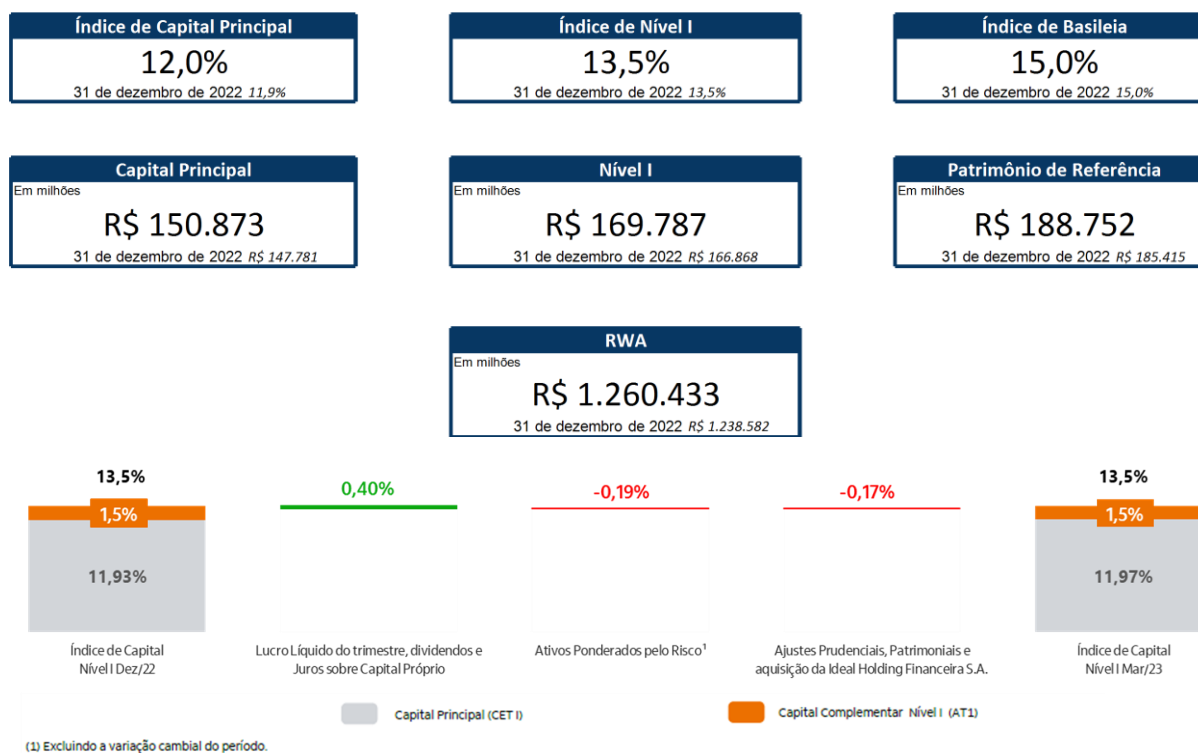
O presente documento apresenta as informações do Itaú Unibanco *Holding S.A.* (Itaú Unibanco) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Resolução BCB nº 54 e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e capital, à comparação entre informações contábeis e prudenciais, à indicadores de liquidez e risco de mercado, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês “*Risk Weighted Assets*”), à apuração do Patrimônio de Referência (PR) e à remuneração de administradores.¹

A referida Resolução trouxe diversas alterações no formato de divulgação das informações de Pilar 3, além de mudanças no escopo e na periodicidade das informações divulgadas. Todas estas alterações, implementadas pelo Banco Central, visam a convergência da regulação financeira brasileira para as recomendações do Comitê de Basileia, buscando a harmonização das informações divulgadas pelas instituições financeiras em nível internacional, e levam em consideração as condições estruturais da economia brasileira.

A política de divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital apresenta as diretrizes e responsabilidades das áreas envolvidas na elaboração do relatório, assim como a descrição das informações que devem ser divulgadas e a governança de confirmação de fidedignidade e aprovações, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução nº 4.557.

Principais Indicadores

O foco do gerenciamento de riscos e capital do Itaú Unibanco é manter a instituição dentro das diretrizes de risco do Conselho de Administração (CA). Abaixo estão os principais indicadores do relatório, apurados com base no Conglomerado Prudencial, na data-base de 31 de março de 2023.



¹ As informações sobre remuneração de administradores são divulgadas anualmente.

Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos

O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios.

A seguir são apresentadas as informações sobre os requerimentos prudenciais e sobre a gestão integrada de riscos da instituição.

KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Visando garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência (PR) foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Em 31 de março de 2023, o PR alcançou R\$ 188.752 milhões, sendo R\$ 169.787 milhões referentes a Nível I e R\$ 18.965 milhões referentes a Nível II.

Em R\$ milhões	31/03/2023	31/12/2022	30/09/2022	30/06/2022	31/03/2022
Capital regulamentar					
Capital Principal	150.873	147.781	142.780	133.651	129.053
Nível I	169.787	166.868	161.872	151.245	145.402
Patrimônio de Referência (PR)	188.752	185.415	180.304	168.956	162.203
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)					
RWA total	1.260.433	1.238.582	1.225.170	1.201.628	1.164.324
Capital regulamentar como proporção do RWA					
Índice de Capital Principal (ICP)	12,0%	11,9%	11,7%	11,1%	11,1%
Índice de Nível 1 (%)	13,5%	13,5%	13,2%	12,6%	12,5%
Índice de Basileia	15,0%	15,0%	14,7%	14,1%	13,9%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%) ⁽¹⁾	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,0%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%) ⁽²⁾	-	-	-	-	-
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
ACP total (%) ⁽³⁾	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,0%
Margem excedente de Capital Principal (%)	3,5%	3,4%	3,2%	2,6%	2,9%
Razão de Alavancagem (RA)					
Exposição total	2.351.498	2.322.443	2.243.975	2.102.773	2.015.946
RA (%)	7,2%	7,2%	7,2%	7,2%	7,2%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	331.477	325.269	313.037	279.847	293.573
Total de saídas líquidas de caixa	204.549	197.797	197.914	192.124	196.328
LCR (%)	162,1%	164,4%	158,2%	145,7%	149,5%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)					
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.203.787	1.151.750	1.104.941	1.070.719	1.021.581
Recursos estáveis requeridos (RSF)	933.834	922.395	901.048	894.427	852.481
NSFR (%)	128,9%	124,9%	122,6%	119,7%	119,8%

1) Para fins de apuração da parcela ACP Conservação, a resolução BACEN 4.958 estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA com aumento gradual até abril/2022, quando passa a ser de 2,5%.

2) ACPContracíclico é fixado pelo Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) e atualmente está definido em zero (Comunicado BACEN nº 39.864/23). Na hipótese de elevação do requerimento, o novo percentual vigorará a partir de doze meses após a divulgação.

3) As normas do BACEN estabelecem um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico, conforme definido na Resolução CMN 4.958.

O índice de Basileia atingiu 15,0% em 31/03/2023, mantendo-se no patamar de 31/12/2022. As principais movimentações foram: aumento no resultado do período, compensado pelo crescimento da carteira de crédito e pelos ajustes prudenciais e patrimoniais.

Além disso, o Itaú Unibanco possui folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido no montante de R\$ 87.917 milhões, equivalente a 7,0 p.p. acima do mínimo regulatório (8%) e superior à exigência de ACP de 3,5% (R\$ 44.115 milhões). Considerando o ACP, a folga seria de 3,5 p.p.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O Itaú Unibanco está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 31 de março de 2023, o índice de imobilização atingiu 20,4%, apresentando uma folga de R\$ 55.827 milhões.

OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos

Assumir e gerenciar riscos é uma das atividades do Itaú Unibanco e, para isso, a instituição deve ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do CA e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do Itaú Unibanco por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Os princípios que fornecem os fundamentos do gerenciamento de riscos, do apetite de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do Itaú Unibanco no dia a dia para a tomada de decisão são:

- **Sustentabilidade e satisfação dos clientes:** a visão do Itaú Unibanco é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O Itaú Unibanco preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;
- **Cultura de Risco:** a cultura de risco da instituição vai além de políticas, procedimentos e processos, fortalecendo a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente, respeitando de maneira ética a forma de fazer negócios. A Cultura de Risco está descrita no item “Cultura de Risco”;
- **Apreçamento do risco:** o Itaú Unibanco atua e assume riscos em negócios que conhece e entende, e evita os que não conhece ou para os quais não possui vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;
- **Diversificação:** a instituição tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos, além de priorizar negócios de menor risco;
- **Excelência operacional:** o Itaú Unibanco quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, de forma a oferecer um serviço de alta qualidade;
- **Ética e respeito à regulação:** para o Itaú Unibanco ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

Desde agosto de 2017, entrou em vigor a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital. Destacam-se na resolução a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo

e integrado de riscos, os requerimentos para definição da Declaração de Appetite por Riscos (RAS, do inglês “*Risk Appetite Statement*”) e do programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

Governança de Riscos e Capital

O CA é o órgão principal responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados, presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do Itaú Unibanco, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco possui órgãos colegiados, que exercem responsabilidades delegadas na gestão de riscos e capital, sob responsabilidade do CRO (*Chief Risk Officer*).

Para dar suporte a essa estrutura, a Área de Riscos possui diretorias especializadas que têm o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado, incluindo governança de identificação de riscos emergentes, que são aqueles com impacto a médio e longo prazo potencialmente material sobre os negócios.

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Itaú Unibanco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, a saber:

- na primeira linha de defesa, as áreas de negócio e áreas corporativas de suporte realizam a gestão dos riscos por elas originados através da identificação, avaliação, controle e reporte dos mesmos;
- na segunda linha de defesa, uma unidade independente realiza o controle dos riscos de forma centralizada visando a assegurar que os riscos do Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. Assim, o controle centralizado provê ao CA e aos executivos uma visão global das exposições do Itaú Unibanco de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas;
- na terceira linha de defesa, a auditoria interna promove a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas automatizados e robustos para completo atendimento aos regulamentos de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

Cultura de Riscos

Visando fortalecer os valores e alinhar o comportamento dos colaboradores do Itaú Unibanco com as diretrizes estabelecidas para gestão de risco, a instituição adota diversas iniciativas para disseminar e fortalecer uma cultura que valorize e incentive a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de risco.

Além das políticas, procedimentos e processos de gestão de risco, a instituição tem como elemento central de sua Cultura Corporativa a mensagem “Ética é Inegociável”. Direcionadores de comportamento, também dispostos nessa cultura, reforçam e fortalecem o comportamento na gestão de riscos no Conglomerado, enfatizando o comportamento que irá ajudar as pessoas em qualquer nível da instituição a assumir e gerenciar os riscos conscientemente. Com esses princípios disseminados, há um incentivo para que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo apetite de risco, e para que cada colaborador, independentemente de sua posição, área ou função, também assuma a responsabilidade pela gestão dos riscos do seu negócio.

O Itaú Unibanco também disponibiliza canais para comunicar falhas operacionais, fraude interna ou externa, conflitos no ambiente de trabalho ou casos que possam prejudicar os clientes ou ocasionar transtornos e/ou prejuízo para a instituição. Todos os colaboradores e terceiros têm a responsabilidade de comunicar os problemas imediatamente, assim que tomarem conhecimento da situação.

Apetite de Risco

O Itaú Unibanco possui uma política de apetite de risco, estabelecida e aprovada pelo CA, que direciona a sua estratégia de negócios. O apetite de risco da instituição é fundamentado na seguinte declaração do CA:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

A partir da declaração, foram definidas seis dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições:

- Dimensão de capitalização: estabelece que o Itaú Unibanco deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos índices de capital do Itaú Unibanco, em situação normal e em estresse e dos ratings de emissão de dívidas da instituição;
- Dimensão de liquidez: estabelece que a liquidez da instituição deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez;
- Dimensão de composição dos resultados: define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o Itaú Unibanco terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e IRRBB, subscrição e risco de crédito, incluindo dimensões sociais, ambientais e climáticas. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios;
- Dimensão de risco operacional: foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas;
- Dimensão de reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito através da observância da conduta da instituição.

- Dimensão de clientes: aborda riscos que possam comprometer a satisfação e experiência do cliente, sendo monitorada por meio do acompanhamento da satisfação dos clientes, impactos diretos em clientes e indicadores de *suitability*.

O CA é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e do *Chief Risk Officer* (CRO).

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado às comissões de riscos e ao CA e orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados, liquidez e capital do Itaú Unibanco. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

A estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. A elaboração dos cenários de estresse considera a análise qualitativa da conjuntura brasileira e mundial, elementos históricos e hipotéticos, riscos de curto e de longo prazo entre outros aspectos, conforme definido na Resolução CMN 4.557.

Neste processo, são avaliados os principais riscos potenciais para a economia com base no julgamento da equipe de economistas do banco, referendados pelo Economista Chefe do Itaú Unibanco e com aprovação em Conselho de Administração. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros, taxas de câmbio e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados. Além da metodologia de análise de cenários, também são empregadas análises de sensibilidade e Teste de Estresse Reverso.

O Itaú Unibanco utiliza as simulações para a gestão de riscos de seu portfólio, considerando Brasil (segregado em atacado e varejo) e Unidades Externas, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital e liquidez, não impactando a sustentabilidade de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais ofensores aos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, os processos orçamentários e de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumos para métricas de apetite de risco da instituição.

Plano de Recuperação

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução nº 4.502, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1, cuja exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%. Este plano tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática. Desta maneira, cada instituição conseguiria preservar sua viabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mitiga o impacto no Sistema Financeiro Nacional.

O Itaú Unibanco possui um Plano de Recuperação que contempla todo o Conglomerado, incluindo as subsidiárias no exterior, e contém a descrição dos itens abaixo:

I – Funções críticas prestadas pelo Itaú Unibanco ao mercado, atividades que, se interrompidas bruscamente, poderiam impactar o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o funcionamento da economia real;

II – Serviços essenciais da instituição: atividades, operações ou serviços cuja descontinuidade poderia comprometer a viabilidade do banco;

III – Programa de monitoramento mensal, estabelecendo níveis críticos para um conjunto de indicadores, com vistas ao acompanhamento dos riscos e eventual gatilho para execução do Plano de Recuperação;

IV – Cenários de estresse, contemplando eventos que possam ameaçar a continuidade dos negócios e a viabilidade da instituição, incluindo testes reversos, que procuram identificar cenários remotos de risco, contribuindo para aumento da sensibilidade na gestão;

V – Estratégias de recuperação em resposta a diferentes cenários de estresse, incluindo os principais riscos e barreiras, além dos mitigadores destes últimos e os procedimentos para a operacionalização de cada estratégia;

VI – Plano de comunicação com partes interessadas, buscando tempestividade na execução do Plano, com o mercado, reguladores e demais públicos de interesse;

VII – Mecanismos de governança necessários à coordenação e execução do Plano de Recuperação, como por exemplo, a definição do diretor responsável pelo exercício no Itaú Unibanco.

Este plano é revisado anualmente e é submetido à aprovação do Conselho de Administração.

Com essa prática, o Itaú Unibanco consegue demonstrar continuamente que, mesmo em cenários severos, com probabilidade de ocorrência remota, possui estratégias capazes de gerar recursos suficientes para assegurar a manutenção sustentável de atividades críticas e serviços essenciais, sem prejuízos aos clientes, ao sistema financeiro e aos demais participantes dos mercados em que atua.

O Itaú Unibanco assegura a manutenção do exercício de forma a garantir que as estratégias permaneçam atualizadas e viáveis frente às mudanças organizacionais, concorrenciais ou sistêmicas.

Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o Itaú Unibanco adota o fluxo apresentado a seguir:

- identificação dos riscos materiais e avaliação da necessidade de capital adicional;
- elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse;
- avaliação interna da adequação de capital;
- estruturação dos planos de contingência de capital e de recuperação;
- elaboração de relatórios gerenciais e regulatórios.

Adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, o Itaú Unibanco implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, atendendo, dessa forma, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.557, à Circular BACEN 3.846 e à Carta-Circular BACEN 3.907.

O resultado do último ICAAP, que engloba os testes de estresse – realizado para data-base dezembro de 2022 – apontou que o Itaú Unibanco dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

Suficiência de Capital

O Itaú Unibanco, por meio do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos. Visando a garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos.

OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.958 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;
- RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, composta pelo máximo entre o modelo interno e 80% do modelo padronizado, regulamentada pelas Circulares BACEN 3.646 e 3.674;
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

Em R\$ milhões	RWA		Requerimento mínimo de PR
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023
Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	1.132.377	1.118.752	90.590
Risco de crédito em sentido estrito	1.034.818	1.016.137	82.786
Risco de crédito de contraparte (CCR)	37.042	40.222	2.963
Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	25.627	25.361	2.050
Do qual: mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
Do qual: mediante demais abordagens	11.415	14.861	913
Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	6.458	7.695	517
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	7.037	8.002	563
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	104	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	2.215	1.461	177
Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	4.066	4.408	325
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	40.741	40.723	3.259
Risco de mercado	26.754	23.240	2.140
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD})	33.442	29.050	2.675
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA_{MINT})	25.015	23.097	2.001
Risco operacional	101.302	96.590	8.104
Total	1.260.433	1.238.582	100.834

O aumento no valor dos ativos ponderados pelo risco total foi devido principalmente ao aumento na parcela de risco de crédito (RWA_{CPAD}).

Comparação entre informações contábeis e prudenciais

LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial

A principal diferença entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial é a não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, diferença que também gera impacto nas eliminações das transações com Partes Relacionadas.

Dentro do escopo de tratamento prudencial, os procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes prudenciais decorrentes do apreamento de instrumentos financeiros, assim como a descrição dos sistemas e controles utilizados para assegurar a confiabilidade deste apreamento são descritos a seguir.

A metodologia de apreamento dos instrumentos financeiros sujeitos na Resolução nº 4.277, de 31 de outubro de 2013, conduzida por área independente às áreas de negócios, considera além dos benchmarks de mercado, os riscos elencados de custo de liquidação das posições, concentração de mercado, pagamento antecipado, risco de modelo, custo efetivo de aplicação de recursos, spread de crédito e demais.

A mensuração do valor justo no Banco Itaú Unibanco segue os princípios contidos nos principais órgãos normatizadores, tais como CVM e BACEN. A instituição tem as melhores práticas em termos de políticas, procedimentos e metodologias de apreamento e está comprometida em garantir o apreamento de instrumentos financeiros em seu balanço com os preços referenciados e divulgados pelo mercado, e na impossibilidade disso, despender seus melhores esforços para estimar o que seria o preço justo pelo qual os ativos financeiros seriam efetivamente transacionados, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e, em condições específicas, estes instrumentos podem ser avaliados a modelo. Em todas as situações acima a organização tem um controle dos seus métodos de apreamento e gestão de risco de modelo.

O processo de verificação independente de preços (IPV) segue as diretrizes contidas na Resolução nº 4.277, com verificação diária dos preços e insumos de mercado executada por equipe independente da equipe de apreamento. Esse processo também está sujeito as práticas de avaliação independente por parte das equipes de controles internos, auditoria interna e auditoria externa.

A instituição tem um modelo híbrido de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais com duas componentes. A primeira componente é um modelo de avaliação tempestiva avaliando novos produtos, operações e fatores de risco negociados e que verifica o enquadramento e exigibilidade com quaisquer componentes dos ajustes prudenciais existentes. A segunda é uma avaliação periódica que tem como objetivo analisar os ajustes prudenciais existentes em relação a adequada precificação. O processo e a metodologia são avaliados periodicamente e independentemente por controles internos e auditoria interna.

Na linha de outras diferenças da tabela LI2 são reportadas as operações sujeitas a risco de crédito e risco de crédito de contraparte que não são contabilizadas no balanço patrimonial nem em suas contas de compensação.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco

Em R\$ milhões, ao final do período

31/03/2023

	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria						
	Valores reportados nas demonstrações financeiras	Valores considerados na regulamentação prudencial	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR
Ativo							
Circulante e Realizável a Longo Prazo	2.508.091	2.239.175	1.752.414	439.607	17.925	309.414	27.513
Disponibilidades	33.007	32.907	32.907	-	-	8.995	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	295.248	290.937	55.018	235.919	-	14.289	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	862.643	617.903	508.851	88.424	17.925	70.718	987
Relações Interfinanceiras	196.937	196.929	184.146	-	-	-	12.783
Relações Interdependências	8	8	-	-	-	-	8
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	858.965	848.148	840.838	-	-	82.908	7.310
Outros Créditos	256.552	247.970	126.281	115.264	-	132.504	6.425
Ativos Fiscais Diferidos	61.566	59.330	52.970	-	-	-	6.360
Diversos	194.986	188.640	73.311	115.264	-	132.504	65
Outros Valores e Bens	4.731	4.373	4.373	-	-	-	-
Permanente	38.942	57.251	38.872	-	-	-	18.379
Investimentos	13.493	32.372	31.948	-	-	-	424
Imobilizado de Uso	7.101	6.603	6.603	-	-	-	-
Imobilizado de Arrendamento	-	248	248	-	-	-	-
Ágio e Intangível	18.348	18.028	73	-	-	-	17.955
Total do Ativo	2.547.033	2.296.426	1.791.286	439.607	17.925	309.414	45.892
Passivo							
Circulante e Exigível a Longo Prazo	2.372.960	2.121.398	-	322.277	-	259.251	1.799.121
Depósitos	914.834	925.079	-	-	-	55.938	925.079
Captações no Mercado Aberto	320.585	320.602	-	285.460	-	356	35.142
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	276.725	276.725	-	-	-	30.608	276.725
Relações Interfinanceiras	83.375	83.375	-	-	-	-	83.375
Relações Interdependências	11.876	11.880	-	-	-	428	11.880
Obrigações por Empréstimos e Repasses	103.297	103.297	-	-	-	9.596	103.297
Instrumentos Financeiros Derivativos	84.582	84.579	-	36.817	-	1.032	47.762
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	244.095	-	-	-	-	-	-
Provisões	16.593	16.363	-	-	-	-	16.363
Provisões para Garantias Financeiras Prestadas e Compromissos de Empréstimos	2.846	2.846	-	-	-	-	2.846
Outras Obrigações	314.152	296.652	-	-	-	161.293	296.652
Obrigações Fiscais Diferidas	4.840	4.398	-	-	-	-	4.398
Diversas	309.312	292.254	-	-	-	161.293	292.254
Total do Passivo	2.372.960	2.121.398	-	322.277	-	259.251	1.799.121

LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

Em R\$ milhões

31/03/2023

	Valores				
	Total	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado
Total de ativos considerados na regulamentação prudencial	2.250.534	1.791.286	439.607	17.925	309.414
Total de passivos considerados na regulamentação prudencial	322.277	-	322.277	-	259.251
Valor líquido considerado na regulamentação prudencial	1.928.257	1.791.286	117.330	17.925	50.163
Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	187.211	144.466	42.745	-	-
Diferenças no apreamento de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
Outras diferenças	42.878	(9.193)	52.071	-	-
Exposições consideradas para fins prudenciais	2.158.346	1.926.559	212.146	17.925	50.163

PV1: Ajustes prudenciais (PVA)

Em R\$ milhões

31/03/2023

	Ações	Taxa de juros	Câmbio	Crédito	Mercadorias	Total	Do qual: na carteira de negociação	Do qual: na carteira bancária
Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:	-	-	-	44	-	44	1	43
Custo de liquidação das posições	-	-	-	39	-	39	1	38
Concentração de mercado	-	-	-	5	-	5	-	5
Risco de pagamento antecipado	-	43	-	47	-	90	-	90
Risco de modelo	-	9	-	92	-	101	2	99
Risco operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-
Spread de risco de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos administrativos futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	52	-	183	-	235	3	232

Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial.

Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial	Pais de Origem⁽¹⁾	% Participação Total
A1 Hedge Orange Master Fundo de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	100,00%
Banco Investred Unibanco S.A.	Brasil	50,00%
Banco Itaú (Suisse) S.A.	Suiça	100,00%
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaú Chile ⁽²⁾	Chile	65,62%
Banco Itaú Consignado S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaú International	Estados Unidos	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	100,00%
Banco Itaú Veículos S.A.	Brasil	100,00%
Banco ItauBank S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	100,00%
Cloudwalk Kick Ass I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	Brasil	94,98%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	100,00%
FIDC B2cycle NPL	Brasil	100,00%
FIDC Cloudw Akira I	Brasil	96,92%
FIDC Orange NP	Brasil	100,00%
FIDC Sumup Solo	Brasil	94,02%
FII Kinea Desenv. LO	Brasil	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	50,00%
Fundo A1 Hedge Orange Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Rede	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul	Brasil	94,83%
Fundo em Direitos Creditórios Cielo Emissores I	Brasil	85,88%
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	Brasil	100,00%
Fundo Kinea Ações	Brasil	100,00%
Galaxy BBG GLXY Bitcoin BR ETF	Ilhas Cayman	100,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	100,00%
Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	51,00%
Ideal Holding Financeira S.A.	Brasil	51,00%
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	100,00%
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Brasil	100,00%
IT Now Bloomberg Galaxy Bitcoin Fundo de Índice	Brasil	99,17%
Itaú (Panamá) S.A.	Panamá	65,27%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Administradora de Fondos de Inversión S.A.	Uruguai	100,00%
Itaú Asset Management Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria	Colômbia	65,25%
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) Nova denominação social do Itaú Corpbanca.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial.	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
Itaú BBA Europe S.A.	Portugal	100,00%
Itaú BBA International Plc.	Reino Unido	100,00%
Itaú BBA Trading S.A.	Brasil	100,00%
Itaú BBA Trading S.A. - Sucursal Uruguay	Uruguai	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	100,00%
Itaú Colombia S.A. ⁽²⁾	Colômbia	65,27%
Itaú Comisionista de Bolsa Colombia S.A.	Colômbia	65,27%
Itaú Chile New York Branch. ⁽³⁾	Estados Unidos	65,62%
Itaú Corredores de Bolsa Limitada	Chile	65,62%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	100,00%
Itaú EU Lux-Itaú Latin America Equity Fund	Luxemburgo	69,71%
Itaú International Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Invest Casa de Bolsa S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado	Brasil	100,00%
Itaú OT Títulos Públicos Renda Fixa Referenciado DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	Brasil	0,07%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco S.A., Miami Branch	Estados Unidos	100,00%
Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch	Bahamas	100,00%
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Valores S.A.	Argentina	100,00%
ITB Holding Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Kinea Ações Fundo de Investimento em Ações	Brasil	100,00%
Kinea CO-investimento Fundo de Investimento Imobiliário	Brasil	99,94%
Kinea I Private Equity FIP Multiestratégia	Brasil	99,64%
Kinea KP Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Brasil	100,00%
Kinea Ventures FIP	Brasil	100,00%
Licania Fund Limited	Ilhas Cayman	100,00%
Luizcred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	50,00%
Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor	Brasil	100,00%
OCA Dinero Electrónico S.A.	Uruguai	100,00%
OCA S.A.	Uruguai	100,00%
Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	Brasil	100,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	Brasil	100,00%
Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A	Brasil	100,00%
Resonance Uruguay S.A.	Uruguai	56,00%
RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	100,00%
RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	Brasil	100,00%
Tarumã Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado	Brasil	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) Nova denominação social do Itaú Corpbanca Colombia S.A.

3) Nova denominação social do Itaú CorpBanca New York Branch.

Instituições Integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário.

Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
Albarus S.A.	Paraguai	100,00%
Ank Platform S.A.	Argentina	100,00%
Beta Correspondente e Tecnologia LTDA ⁽²⁾	Brasil	100,00%
BICSA Holdings, Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Borsen Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
CGB II SPA	Chile	100,00%
CGB III SPA	Chile	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	100,00%
Coinvestidores Participacoes V Ltda.	Brasil	0,05%
Estrel Serviços Administrativos S.A.	Brasil	100,00%
FC Recovery S.A.U.	Argentina	100,00%
FIC Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	50,00%
iCarros Ltda.	Brasil	100,00%
IGA Participações S.A.	Brasil	100,00%
Investimentos Bemge S.A.	Brasil	86,81%
Itaú Administradora General de Fondos S.A.	Chile	65,62%
Itaú Asesorías Financieras Limitada	Chile	65,62%
Itaú Asia Limited	Hong Kong	100,00%
Itaú Asset Management Administradora de Fondos Patrimoniales de Inversión S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Asset Management S.A. Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión	Argentina	100,00%
Itaú Bahamas Directors Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bahamas Nominees Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú BBA International (Cayman) Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administracion S.A.	Chile	100,00%
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Corredor de Seguros Colombia S.A.	Colômbia	65,61%
Itaú Corredores de Seguros S.A.	Chile	65,62%
Itaú Corretora de Seguros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Holding Colombia S.A.S.	Colômbia	65,62%
Itaú Institucional Renda Fixa Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
Itaú International Holding Limited	Reino Unido	100,00%
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Securities Services Sociedad en Liquidación	Colômbia	65,29%
Itaú Seguros Paraguay S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Asset Management Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú USA Asset Management Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Saúde S.A.	Brasil	100,00%
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	Brasil	100,00%
Itub S.A. ⁽³⁾	Uruguai	100,00%
IU Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	100,00%
IUPP S.A.	Brasil	100,00%
Karen International Limited	Bahamas	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem

2) Nova denominação social da Itaú Gestão de Vendas Ltda.

3) Nova denominação social da Itaú BBA México S.A. de C.V.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
Kinea Investimentos Ltda.	Brasil	80,00%
Maxipago Serviços de Internet Ltda.	Brasil	100,00%
Mundostar S.A.	Uruguai	100,00%
PR Curitiba Mariano Torres Ltda.	Brasil	100,00%
Proserv - Promociones y Servicios, S.A. de C.V.	México	100,00%
Provar Negócios de Varejo Ltda.	Brasil	100,00%
Recaudaciones y Cobranzas Limitada	Chile	65,62%
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	Brasil	100,00%
RJ Niteroi Icarai Ltda.	Brasil	100,00%
RT Alm 5 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	100,00%
RT Alm Soberano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	100,00%
RT Defiant Multimercado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Endeavour Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Multigestor 4 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
RT Nation Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Valiant Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
SAGA II SPA	Chile	100,00%
SAGA III SPA	Chile	100,00%
SP Amadeu Amaral Ltda.	Brasil	100,00%
SP Antonia de Queiroz Ltda	Brasil	100,00%
SP Augusta Ltda	Brasil	100,00%
SP Av Juscelino Kubitschek Ltda	Brasil	100,00%
SP Av Luis Carlos Berrini Ltda	Brasil	100,00%
SP Av Morumbi Ltda	Brasil	100,00%
SP Av. Sta. Catarina Ltda.	Brasil	100,00%
SP Bairro Moema Ltda.	Brasil	100,00%
SP Bairro Sumarezinho Ltda	Brasil	100,00%
SP Bairro Vila Guilherme Ltda.	Brasil	100,00%
SP Brooklin Rua Santo Amaro Ltda	Brasil	100,00%
SP Brooklin St. Amaro Ltda.	Brasil	100,00%
SP Butanta Ltda	Brasil	100,00%
SP CEAGESP Ltda	Brasil	100,00%
SP Vila Clementino Ltda	Brasil	100,00%
SP Clelia Ltda	Brasil	100,00%
SP Eusebio Matoso Ltda	Brasil	100,00%
SP Pássaros e Flores Ltda	Brasil	100,00%
SP Itaberaba Ltda	Brasil	100,00%
SP Rua Padre João Manuel Ltda	Brasil	100,00%
SP Maracatins Ltda	Brasil	100,00%
SP Nova JK Ltda	Brasil	100,00%
SP Rua Da Consolacao Ltda	Brasil	100,00%
SP Rua Das Palmeiras Ltda.	Brasil	100,00%
SP Santos Embare Ltda.	Brasil	100,00%
SP Santos Jose Menino Ltda.	Brasil	100,00%
SP Serra De Bragança Ltda	Brasil	100,00%
SP Tatuape Ltda	Brasil	100,00%
SP Vila Olimpia Araguari Ltda.	Brasil	100,00%
Tulipa S.A.	Brasil	100,00%
Unión Capital AFAP S.A.	Uruguai	100,00%
Zup I.T. Serviços Tecnologia e Inovação S.A.	Brasil	52,96%
ZUP Innovation Corp.	Estados Unidos	52,96%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

As tabelas de instituições apresentadas acima representam o escopo total de empresas do Conglomerado do Itaú Unibanco.

Instituições não consolidadas

A seguir, estão as instituições coligadas e as controladas em conjunto não consolidadas no Balanço Societário e Prudencial:

Instituições não consolidadas	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total ⁽²⁾
Banfur International S.A.	Panamá	30,00%
Biomás Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A	Brasil	16,67%
BSF Holding S.A	Brasil	49,00%
CIP S.A	Brasil	23,33%
Compañía Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A.	Uruguai	31,42%
Conectcar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	Brasil	50,00%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A	Brasil	15,71%
Kinea Private Equity Investimentos S.A.	Brasil	79,99%
Olímpia Promoção e Serviços S.A.	Brasil	50,00%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	42,93%
Pravaler S.A.	Brasil	51,94%
Prex Holding LLC	Estados Unidos	30,00%
Rias Redbanc S.A.	Uruguai	25,00%
Tecnologia Bancária S.A.	Brasil	28,05%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) Considera apenas participação direta.

Instituições relevantes

São apresentadas a seguir as empresas consideradas relevantes não consolidadas no Balanço Prudencial, com informações de ativo total, patrimônio líquido, país e segmento de atuação:

Em R\$ milhões	Instituições	País	Segmento	31/03/2023		31/12/2022	
				Ativo Total	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Patrimônio Líquido
	Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	4.155	542	4.184	578
	Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	Brasil	Holdings de instituições financeiras	1.162	1.076	1.149	1.064
	Itaú Corretora de Seguros S.A.	Brasil	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	1.916	811	1.882	658
	Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	7.744	1.789	7.530	1.626
	Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	240.525	3.899	234.434	3.738
	Itauseg Participações S.A.	Brasil	Holdings de instituições não financeiras	9.427	9.397	8.918	8.718
	ITB Holding Brasil Participações Ltda.	Brasil	Holdings de instituições financeiras	36.307	35.861	36.109	35.372
	Provar Negócios de Varejo Ltda.	Brasil	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	2.102	2.055	2.097	2.017

Composição do Capital

CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)

Os instrumentos autorizados a compor Capital Complementar ou o Nível II podem ser extintos segundo critérios estabelecidos na Resolução nº 4.955, tais como o descumprimento dos índices mínimos regulatórios, decretação de regime de administração especial temporária ou intervenção, aporte de recurso público ou determinação do Banco Central do Brasil. Caso algum critério para extinção dos instrumentos subordinados seja acionado, a área responsável pela gestão de Capital do Itaú Unibanco acionará as áreas envolvidas para o cumprimento do seguinte plano de ação:

- Tesouraria e produtos, através do agente de pagamento dos instrumentos subordinados ou diretamente através da depositária central, farão a notificação aos seus detentores para que cessem as negociações de tais instrumentos;
- As áreas operacionais e contábeis realizarão os procedimentos necessários no processo para o tratamento adequado da extinção; e
- A área de Relações com Investidores comunicará ao mercado a extinção dos instrumentos subordinados.

A tabela CCA - Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR), está disponível em www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”.

CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)

		31/03/2023	
		Valor (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas			
1	Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	90.978.131	(k)
2	Reservas de lucros	80.767.842	(l)
3	Outras receitas e outras reservas	(6.593.778)	(m)
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	6.647.571	(j)
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	171.799.766	
Capital Principal: ajustes prudenciais			
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	235.137	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	2.941.358	(e)
9	Ativos intangíveis	15.439.539	(h) / (i)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	2.133.602	(b)
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	58.472	
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	(d)
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	118.359	(n)
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	
18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	
19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
21	Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	-	
23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
26	Ajustes regulatórios nacionais	-	
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	(g)
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que compõem o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	(i)
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-	
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	20.926.467	
29	Capital Principal	150.873.300	
Capital Complementar: instrumentos			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	18.017.424	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	18.017.424	
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	896.706	
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	18.914.130	

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Capital Complementar: deduções regulatórias

37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-	
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-	
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	
44	Capital Complementar	18.914.130	
45	Nível I	169.787.430	

Nível II: instrumentos

46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	18.765.731	
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	199.308	
49	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
51	Nível II antes das deduções regulatórias	18.965.039	

Nível II: deduções regulatórias

52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-	
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-	
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	
58	Nível II	18.965.039	
59	Patrimônio de Referência	188.752.470	
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.260.432.619	

Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal

61	Índice de Capital Principal (ICP)	12,0%	
62	Índice de Nível I (IN1)	13,5%	
63	Índice de Basileia (IB)	15,0%	
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	3,5%	
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2,5%	
66	do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	-	
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,0%	
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	3,5%	

Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco

72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	8.612.537	
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	11.516.471	(f) / (a)
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	4.780.021	(c)

Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)

82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-	
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	-	

CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Em R\$ milhões, ao final do período

31/03/2023

	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado ⁽²⁾
Balanço Patrimonial Consolidado ⁽¹⁾			
Ativo			
Circulante e Realizável a Longo Prazo	2.508.091	2.239.175	
Disponibilidades	33.007	32.907	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	295.248	290.937	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	862.643	617.903	
Relações Interfinanceiras	196.937	196.929	
Relações Interdependências	8	8	
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	858.965	848.148	
Outros Créditos	256.552	247.970	
Ativos Fiscais Diferidos	61.566	59.330	(b) / (c)
Diversos	194.986	188.640	(b) / (d)
Outros Valores e Bens	4.731	4.373	
Permanente	38.942	57.251	
Investimentos	13.493	32.372	(a) / (e) / (f)
Imobilizado de Uso	7.101	6.603	
Imobilizado de Arrendamento	-	248	
Ágio e Intangível	18.348	18.028	(e) / (h) / (i)
Total do Ativo	2.547.033	2.296.426	
Passivo			
Circulante e Exigível a Longo Prazo	2.372.960	2.121.398	
Depósitos	914.834	925.079	
Captações no Mercado Aberto	320.585	320.602	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	276.725	276.725	
Relações Interfinanceiras	83.375	83.375	
Relações Interdependências	11.876	11.880	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	103.297	103.297	
Instrumentos Financeiros Derivativos	84.582	84.579	
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	244.095	-	
Provisões	16.593	16.363	
Provisões para Garantias Financeiras Prestadas e Compromissos de Empréstimos	2.846	2.846	
Outras Obrigações	314.152	296.652	
Obrigações Fiscais Diferidas	4.840	4.398	(b) / (c)
Diversas	309.312	292.254	(d)
Participações de Não Controladores	9.141	9.994	(j)
Patrimônio Líquido	164.932	165.034	
Capital Social	90.729	90.978	(k)
Outras Receitas e Outras Reservas	(7.382)	(6.594)	(m)
Reservas de Lucros	81.703	80.768	(l)
(Ações em Tesouraria)	(118)	(118)	(n)
Total do Passivo	2.547.033	2.296.426	

1) Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

2) Informações do prudencial que são apresentadas na tabela CC1 deste relatório.

Indicadores Macroprudenciais**CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP^{Contracíclico}**

A tabela a seguir detalha a distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP^{contracíclico}, de acordo com a Circular 3.769 de 29 de Outubro de 2015:

Em R\$ milhões		Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACP ^{Contracíclico}			31/03/2023
Jurisdição	ACCPi	Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário		Adicional contracíclico aplicável à instituição	Valor do ACP ^{Contracíclico} ⁽³⁾
			RWACPrNB		
Brasil	-	1.812.520	782.670		-
Reino Unido	1,00%	3.141	1.600		-
Luxemburgo	0,50%	2.342	1.390		-
Suécia	1,00%	524	450		-
Noruega	2,00%	313	178		-
Hong Kong	1,00%	8	8		-
Subtotal⁽¹⁾		1.818.848	786.296		
Total⁽²⁾		2.160.734	1.011.736	-	-

1) Soma das parcelas RWACPrNBi relativas às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário do Brasil e das jurisdições com percentual do adicional contracíclico com valores maiores que zero.

2) Total do RWA para as exposições ao risco de crédito privado não bancário para todas as jurisdições em que o banco apresenta exposição, incluindo jurisdições sem percentual de contracíclico aplicado ou com percentual de contracíclico igual a zero.

3) Apuração conforme Circular 3.769 utilizando a faculdade de exclusão de jurisdição.

GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs)

A tabela GSIB1, Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs), fica disponível em www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”, conforme prazo definido na Resolução BCB 54/20.

Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748, cujo requerimento mínimo é 3%. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações.

As informações apresentadas a seguir seguem a metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.748.

LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

Em R\$ milhões	31/03/2023	31/12/2022
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	2.547.033	2.469.958
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	(250.607)	(243.461)
Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas.	2.296.426	2.226.497
Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	46.709	60.397
Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	13.431	16.731
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	162.827	160.397
Outros ajustes	(167.895)	(141.579)
Exposição Total	2.351.498	2.322.443

LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

Em R\$ milhões	31/03/2023	31/12/2022
Itens contabilizados no balanço patrimonial		
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	1.834.701	1.808.236
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(25.041)	(23.927)
Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial	1.809.660	1.784.309
Operações com instrumentos financeiros derivativos		
Valor de reposição em operações com derivativos	55.862	56.242
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	27.049	42.498
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	(7.691)	(8.559)
Valor de referência dos derivativos de crédito	36.762	34.157
Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	(12.034)	(10.572)
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	99.948	113.766
Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)		
Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	235.919	215.746
Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	13.431	16.731
Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	29.713	31.494
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM	279.063	263.971
Itens não contabilizados no balanço patrimonial		
Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	507.430	498.918
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	(344.603)	(338.521)
Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	162.827	160.397
Capital e Exposição Total		
Nível I	169.787	166.868
Exposição Total	2.351.498	2.322.443
Razão de Alavancagem (RA)		
Razão de Alavancagem (%)	7,2%	7,2%

Indicadores de Liquidez

LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

Estrutura e Tratamento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Seguindo a estratégia de captação de recursos, o Itaú Unibanco possui disponibilidade de fontes de *funding* diversificadas e estáveis monitoradas através de indicadores de concentração e de prazos, visando mitigar os riscos de liquidez, em linha com o apetite de risco da instituição.

A governança do gerenciamento de risco de liquidez está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos estabelecem os apetites de risco da instituição, definem as alçadas relacionadas ao controle de liquidez e acompanham os indicadores de liquidez.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar indicadores de liquidez de curto prazo (LCR) e de longo prazo (NSFR). Adicionalmente, propõe limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o Itaú Unibanco opera, e informa eventuais desenquadramentos às alçadas competentes. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

Além disso, em observância às exigências da Resolução 4.557 e da Circular BACEN 3.749 e da Circular 3.869, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL - LCR) e o Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo (DLP - NSFR). Por fim, periodicamente, são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Estresse de indicadores de liquidez baseados em cenários macroeconômicos, simulação de estresse reverso com base no apetite de risco, e projeção dos principais indicadores de liquidez para suporte às decisões;
- Planos de contingência e de recuperação para situações de crise, com ações que preveem uma gradação por nível de criticidade determinada pela facilidade de implantação, levando-se em consideração as características do mercado local de atuação, buscando uma rápida recomposição dos indicadores de liquidez;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Indicadores de concentração de provedores de *funding* e prazo.

O documento “Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, pode ser visualizado no site www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Relatórios”.

LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

	31/03/2023 ⁽¹⁾		31/12/2022 ⁽¹⁾	
	Valores não ponderados (R\$ mil) ⁽²⁾	Valores ponderados (R\$ mil) ⁽³⁾	Valores não ponderados (R\$ mil) ⁽²⁾	Valores ponderados (R\$ mil) ⁽³⁾
Ativos de Alta Liquidez (HQLA)				
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		331.476.792		325.269.251
Saídas de caixa⁽⁴⁾				
Captações de varejo, das quais:	531.347.935	52.830.664	509.482.415	49.824.089
Captações estáveis	254.520.406	12.726.020	249.430.248	12.471.512
Captações menos estáveis	276.827.529	40.104.644	260.052.167	37.352.577
Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	323.988.318	144.501.767	318.663.857	139.414.357
Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	6.383.707	2.207.037	7.822.420	1.628.427
Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	315.620.809	140.310.928	308.561.209	135.505.702
Obrigações não colateralizadas	1.983.802	1.983.802	2.280.228	2.280.228
Captações de atacado colateralizadas		19.807.546		20.556.572
Requerimentos adicionais, dos quais:	190.758.704	29.865.460	182.523.328	25.741.606
Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	31.697.108	18.172.385	25.709.429	14.402.668
Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	773.247	773.247	534.813	534.813
Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	158.288.349	10.919.827	156.279.086	10.804.125
Outras obrigações contratuais	97.992.150	97.992.150	100.671.831	100.671.831
Outras obrigações contingentes	270.552.712	27.054.737	273.829.258	25.693.781
Total de saídas de caixa		372.052.324		361.902.238
Entradas de caixa⁽⁴⁾				
Empréstimos colateralizados	242.050.530	574.869	205.009.253	2.559.426
Operações em aberto, integralmente adimplentes	48.921.949	31.034.899	44.224.639	26.716.670
Outras entradas de caixa	154.674.721	135.893.283	152.480.767	134.828.222
Total de entradas de caixa	445.647.200	167.503.051	401.714.659	164.104.318
		Valor Total Ajustado⁽⁵⁾		Valor Total Ajustado⁽⁵⁾
Total HQLA		331.476.792		325.269.251
Total de saídas líquidas de caixa		204.549.273		197.797.920
LCR (%)		162,1%		164,4%

1) Corresponde à média diária de 63 observações no 1T23 e 62 observações no 4T22.

2) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

3) Corresponde ao valor da aplicação dos fatores de ponderação.

4) Corresponde as saídas e entradas potenciais de caixa.

5) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

O Itaú Unibanco possui Ativos de Alta Liquidez (HQLA) que totalizaram R\$ 331,5 bilhões na média do trimestre, compostos principalmente por Títulos Soberanos, Reservas em Banco Centrais e Dinheiro em espécie. Já as Saídas Líquidas de Caixa totalizaram R\$ 204,5 bilhões na média do trimestre, compostas principalmente por Captações de Varejo, Atacado, Requerimentos Adicionais, Obrigações Contratuais e Contingentes, compensadas por Entradas de Caixa por Empréstimos e Outras Entradas de caixa previstas.

A tabela demonstra que o LCR na média do trimestre é de 162,1% acima do limite de 100% e portanto a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar as perdas no cenário de estresse padronizado para o LCR.

LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)

31/03/2023	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação (R\$ mil)				Valor após a ponderação (R\$ mil) ⁽²⁾
	Sem Vencimento ⁽¹⁾	Menor do que seis meses ⁽¹⁾	Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano ⁽¹⁾	Maior ou igual a um ano ⁽¹⁾	
Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) ⁽³⁾					
Capital	-	-	-	211.468.251	211.468.251
<i>Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias</i>	-	-	-	174.685.096	174.685.096
<i>Outros instrumentos não incluídos na linha 2</i>	-	-	-	36.783.155	36.783.155
Captações de varejo, das quais:	195.659.042	381.996.950	1.993.164	1.685.298	536.505.297
<i>Captações estáveis</i>	113.494.324	149.201.253	19.579	17.815	249.597.212
<i>Captações menos estáveis</i>	82.164.718	232.795.698	1.973.585	1.667.483	286.908.084
Captações de atacado, das quais:	55.208.554	693.725.799	68.067.968	181.443.352	397.548.055
<i>Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas</i>	7.417.281	-	-	-	3.708.641
<i>Outras captações de atacado</i>	47.791.272	693.725.799	68.067.968	181.443.352	393.839.414
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes.	-	119.366.006	8.424.369	668.472	-
Outros passivos, dos quais:	97.416.141	164.306.202	4.890.740	55.820.366	58.265.736
<i>Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero</i>	-	32.434.650	-	-	-
<i>Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores</i>	97.416.141	131.871.553	4.890.740	55.820.366	58.265.736
Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					1.203.787.339
Recursos Estáveis Requeridos (RSF) ⁽³⁾					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)					19.862.030
Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras	-	-	-	-	-
Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais:	1.259.211	541.003.464	124.709.944	552.854.976	678.402.533
<i>Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1</i>	1.212	18.862.278	-	29.816	1.916.165
<i>Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral</i>	1.032.334	34.577.253	5.743.198	28.304.651	36.663.029
<i>Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:</i>	<i>225.665</i>	<i>440.893.319</i>	<i>90.167.775</i>	<i>242.160.355</i>	<i>367.179.726</i>
<i>Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013</i>	-	-	-	4.592.350	2.985.027
<i>Financiamentos imobiliários residenciais, dos quais:</i>	-	9.614.705	9.128.760	139.756.826	122.509.430
<i>Operações que atendem ao disposto na Circular nº 3.644, de 2013, art. 22</i>	-	-	-	90.117.772	78.416.195
<i>Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores</i>	-	37.055.909	19.670.211	142.603.328	150.134.182
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	-	124.751.981	11.263.234	784.747	-
Outros ativos, dos quais:	88.560.308	212.426.261	12.232.170	104.658.053	223.014.523
<i>Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física</i>	-	-	-	-	-
<i>Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central</i>	-	-	-	10.515.088	8.937.825
<i>Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero</i>	-	31.347.563	-	9.711.141	4.163.629
<i>Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação</i>	-	-	-	1.636.572	1.636.572
<i>Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores</i>	88.560.308	181.078.698	12.232.170	82.795.252	208.276.497
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	603.946.809	8.171.286	-	-	12.554.750
Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					933.833.836
NSFR (%)					128,9%

1) Corresponde ao saldo total referente ao item de recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

2) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

3) Corresponde aos recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

Em R\$ mil	Valor Total Ponderado ⁽¹⁾	
	31/03/2023	31/12/2022
Total dos Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)	1.203.787.339	1.151.750.494
Total dos Recursos Estáveis Requeridos (RSF)	933.833.836	922.394.902
NSFR (%)	128,9%	124,9%

1) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.869.

O Itaú Unibanco possui Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) que totalizaram R\$ 1.203,8 bi no 1º trimestre, compostos principalmente por Capital, Captações do Varejo e do Atacado. Já os Recursos Estáveis Requeridos (RSF) totalizaram R\$ 933,8 bi no 1º trimestre, compostos principalmente pelos Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais.

A tabela demonstra que o NSFR no fechamento do trimestre é de 128,9%, acima do limite de 100%, e, portanto, a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar os recursos estáveis requeridos no longo prazo, de acordo com a métrica.

Risco de Crédito

CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

O Itaú Unibanco entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera. A governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos avaliam as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito.

O Itaú Unibanco gerencia o risco de crédito a que está exposto durante todo o ciclo de crédito, desde antes da concessão, passando pelo monitoramento e chegando à atividade de cobrança e recuperação, com monitoramento periódico de ativos problemáticos, os quais são definidos como:

- Operações em atraso maior que 90 dias;
- Operações Reestruturadas;
- Contrapartes que apresentem incapacidade de pagamento, seja por medidas judiciais, recuperação judicial, falência, prejuízo, entre outros;
- Deterioração significativa da qualidade creditícia, podendo ser identificada por piora nas métricas de rating interno, fianças honradas, entre outros.

Adicionalmente, caso seja identificado que um CNPJ possa contaminar os demais da contraparte, os mesmos poderão ser marcados como Ativos Problemáticos.

O monitoramento contém informações de exposições significativas, incluindo histórico e perspectivas de recuperação, além de informações de reestruturação. Essas análises são geradas mensalmente para os executivos e trimestralmente ao Conselho de Administração através do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC).

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico. Tal estrutura é submetida a processos de auditorias interna e externa. É feito um monitoramento contínuo da carteira de crédito e das políticas e estratégias adotadas de forma a garantir a conformidade das operações com as normas e a legislação em vigor em cada país. As unidades de negócio possuem como principais atribuições (i) monitoramento das carteiras sob suas responsabilidades, (ii) concessão de crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, e as mudanças em mercados e produtos, e (iii) gestão do risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

O Itaú Unibanco estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, público considerado como varejo, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o Itaú Unibanco já tem uma relação).

Para público de atacado, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do Itaú Unibanco, avaliando os setores de atividade econômica e os maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O Itaú Unibanco também controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Para medir o risco de crédito, o Itaú Unibanco leva em consideração a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, a perda dada a inadimplência e a concentração em tomadores. A quantificação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e da definição de limites.

Os modelos usados pelo Itaú Unibanco passam por um processo de validação independente que visa a garantir a integridade e a consistência das bases de dados utilizadas na construção dos modelos e a adequação metodológica de estimação dos parâmetros.

O Itaú Unibanco também dispõe de estrutura específica e de processos que visam a garantir que outras vertentes do risco de crédito, como o risco país, sejam geridos e controlados, descrito no item “Outros Riscos”.

Atendendo a Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”.

CR1: Qualidade creditícia das exposições

Em R\$ milhões	Valor bruto:				31/03/2023
	Exposições caracterizadas como operações em curso anormal (a) ⁽¹⁾	Em curso normal (b)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (c)	Valor líquido (a+b-c)	
Concessão de crédito	72.405	966.303	161.346	877.362	
Títulos de dívida	5.537	512.093	6.023	511.607	
dos quais: títulos soberanos nacionais	-	259.557	821	258.736	
dos quais: outros títulos	5.537	252.536	5.202	252.871	
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	505.021	782	504.238	
Total	77.942	1.983.417	168.151	1.893.207	

1) Conforme Resolução 54, a partir de 01/01/2022 as operações em curso anormal correspondem àquelas caracterizadas como ativos problemáticos, conceito este definido na Resolução 4.557.

CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

Em R\$ milhões	Total
Valor das operações em curso anormal no final do período anterior (31/12/2022) ⁽¹⁾	70.000
Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	14.759
Valor das operações reclassificadas para curso normal	(484)
Valor da baixa contábil por prejuízo	(13.335)
Outros ajustes	7.002
Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (31/03/2023)⁽¹⁾	77.942

1) Conforme Resolução 54, a partir de 01/01/2022 as operações em curso anormal correspondem àquelas caracterizadas como ativos problemáticos, conceito este definido na Resolução 4.557.

CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

As tabelas abaixo contêm informações adicionais a respeito da qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1. Nelas são informadas as aberturas por região geográfica no Brasil, por país e por setor econômico do total das exposições e do total das operações em curso anormal. Além disso, são informados o total das exposições por prazo remanescente de vencimento e segmentadas por faixa de atraso, a segregação do total das exposições reestruturadas e o percentual das dez e das cem maiores exposições.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Exposições por setor econômico

Total das Exposições				Total das operações em curso anormal			
Em R\$ milhões		31/03/2023		Em R\$ milhões		31/03/2023	
		Carteira				Carteira	
		Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruto)	Curso Anormal ⁽¹⁾	Provisão Regulamentar		
Pessoa Jurídica		1.124.458	1.166.617	Pessoa Jurídica	25.070	5.395	
Setor Público		355.847	356.647	Setor Público	18	18	
ENERGIA		1.279	1.279	ENERGIA	-	-	
PETROQUÍMICA E QUÍMICA		2.797	2.796	PETROQUÍMICA E QUÍMICA	-	-	
DIVERSOS		351.771	352.572	DIVERSOS	18	18	
Setor Privado		768.611	809.970	Setor Privado	25.052	5.377	
AÇÚCAR E ALCOOL		10.945	11.393	AÇÚCAR E ALCOOL	283	145	
AGRO E FERTILIZANTES		35.616	36.756	AGRO E FERTILIZANTES	317	181	
ALIMENTOS E BEBIDAS		32.300	34.079	ALIMENTOS E BEBIDAS	1.031	431	
BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.		71.934	72.585	BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	62	36	
BENS DE CAPITAL		12.465	13.003	BENS DE CAPITAL	205	60	
CELULOSE E PAPEL		6.063	6.180	CELULOSE E PAPEL	59	22	
ELETROELETRÔNICOS & TI		17.533	18.438	ELETROELETRÔNICOS & TI	663	236	
EMBALAGENS		5.437	5.635	EMBALAGENS	255	(89)	
ENERGIA & SANEAMENTO		49.528	51.295	ENERGIA & SANEAMENTO	149	79	
ENSINO		7.333	7.791	ENSINO	277	83	
FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS		22.061	22.892	FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS	553	201	
IMOBILIÁRIO		60.815	63.638	IMOBILIÁRIO	924	491	
LAZER & TURISMO		14.133	16.179	LAZER & TURISMO	1.169	388	
MADEIRA & MÓVEIS		8.354	9.209	MADEIRA & MÓVEIS	568	228	
MAT CONSTRUÇÃO		12.018	13.233	MAT CONSTRUÇÃO	385	148	
METALURGIA/SIDERURGIA		15.008	15.678	METALURGIA/SIDERURGIA	471	192	
MÍDIA		1.715	1.749	MÍDIA	32	10	
MINERAÇÃO		8.588	8.846	MINERAÇÃO	107	56	
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA		15.641	17.443	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	1.222	122	
PETRÓLEO & GÁS		19.871	20.714	PETRÓLEO & GÁS	310	125	
PETROQUÍMICA & QUÍMICA		16.703	17.371	PETROQUÍMICA & QUÍMICA	233	80	
SAÚDE		13.131	13.900	SAÚDE	218	67	
SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA		279	291	SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA	-	-	
TELECOMUNICAÇÕES		15.803	16.433	TELECOMUNICAÇÕES	103	49	
VESTUÁRIO & CALÇADOS		8.384	9.016	VESTUÁRIO & CALÇADOS	440	171	
TRADINGS		3.377	3.582	TRADINGS	94	35	
TRANSPORTES		40.294	44.142	TRANSPORTES	1.019	435	
UTILIDADES DOMÉSTICAS		4.662	4.811	UTILIDADES DOMÉSTICAS	121	25	
VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS		30.523	31.918	VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS	866	250	
TERCEIRO SETOR		3.827	4.047	TERCEIRO SETOR	6	1	
EDITORIAL E GRÁFICO		4.088	4.440	EDITORIAL E GRÁFICO	234	80	
COMÉRCIO - DIVERSOS		48.739	55.207	COMÉRCIO - DIVERSOS	5.188	1.833	
INDÚSTRIA - DIVERSOS		15.203	15.400	INDÚSTRIA - DIVERSOS	79	38	
SERVIÇOS - DIVERSOS		67.899	71.836	SERVIÇOS - DIVERSOS	2.359	798	
DIVERSOS		68.341	70.840	DIVERSOS	5.050	(1.630)	
Pessoa Física		768.749	894.742	Pessoa Física	52.872	21.817	
Total Geral		1.893.207	2.061.359	Total Geral	77.942	27.212	

1) Conforme Resolução 54, a partir de 01/01/2022 as operações em curso anormal correspondem àquelas caracterizadas como ativos problemáticos, conceito este definido na Resolução 4.557.

Exposições por prazo remanescente de vencimento

Em R\$ milhões					31/03/2023	Em R\$ milhões					31/03/2023
Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Líquido) ⁽¹⁾						Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Bruto) ⁽¹⁾					
até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total		até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	
440.653	118.551	529.947	385.988	1.475.139		478.136	122.365	597.352	443.374	1.641.227	

1) Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura.

Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso

Em R\$ milhões	31/03/2023	
	Carteira Bruta	
	Total da Exposição em atraso ⁽¹⁾	
menor que 30 dias	9.849	
entre 31 e 90 dias	17.964	
entre 91 e 180 dias	15.030	
entre 181 e 365 dias	23.594	
maior que 365 dias	1.892	
Total	68.329	

1) Conforme Resolução 54, a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1.

Exposições por região geográfica no Brasil e por país

Em R\$ milhões	Total das Exposições		Em R\$ milhões	Total das operações em curso anormal	
	31/03/2023			31/03/2023	
	Carteira			Carteira	
	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruta)		Curso Anormal ⁽²⁾	Provisão Regulamentar
Sudeste	884.367	976.301	Sudeste	50.138	14.438
Sul	139.279	157.740	Sul	7.805	3.046
Norte	25.782	33.235	Norte	2.369	1.011
Nordeste	113.688	137.792	Nordeste	9.929	4.957
Centro-Oeste	64.231	75.070	Centro-Oeste	4.732	1.940
Território nacional ⁽¹⁾	260.879	259.803	Território nacional ⁽¹⁾	-	-
Brasil	1.488.226	1.639.941	Brasil	74.973	25.392
Argentina	9.010	9.199	Argentina	26	16
Chile	210.630	216.003	Chile	2.209	1.286
Colômbia	36.542	45.681	Colômbia	381	228
Estados Unidos	25.638	25.752	Estados Unidos	-	-
Paraguai	17.994	18.225	Paraguai	157	128
Reino Unido	22.831	23.189	Reino Unido	-	-
Suíça	3.819	3.818	Suíça	-	-
Uruguai	36.780	37.320	Uruguai	196	162
Outros	41.737	42.231	Outros	-	-
Exterior	404.981	421.418	Exterior	2.969	1.820
Total Geral	1.893.207	2.061.359	Total Geral	77.942	27.212

1) Considera somente os títulos públicos brasileiros.

2) Conforme Resolução 54, a partir de 01/01/2022 as operações em curso anormal correspondem àquelas caracterizadas como ativos problemáticos, conceito este definido na Resolução 4.557.

Maiores exposições

Em R\$ milhões		31/03/2023	
Operações de Crédito, Títulos de dívida e Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial (CR1) ⁽¹⁾		Exposição	% da Carteira
10 Maiores Devedores		340.889	18,0%
100 Maiores Devedores		509.379	27,0%

1) Conforme Resolução 54 a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1, na qual o valor da exposição considera os títulos de dívida de soberanos.

Exposições reestruturadas

Em R\$ milhões		31/03/2023	
		Curso Anormal ⁽¹⁾	Demais
Exposições reestruturadas ⁽²⁾		27.422	80

1) Conforme Resolução 54, a partir de 01/01/2022 as operações em curso anormal correspondem àquelas caracterizadas como ativos problemáticos, conceito este definido na Resolução 4.557.

2) A Resolução BCB nº 4.557 em seu artigo 24 parágrafo 1º, inciso III, define que toda operação reestruturada será caracterizada como um ativo problemático.

CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito

O Itaú Unibanco utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser financeiras, derivativo de crédito, fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Para que essas garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

As informações relativas à eventual concentração associada à mitigação do risco de crédito consideram esses diferentes instrumentos mitigadores, segregando por tipo e por provedor. Por motivos de confidencialidade, a instituição determina a não divulgação de informações além da classificação do tipo do garantidor, porém assegurando-se a aderência aos requerimentos gerais.

- **Garantias Fidejussórias e derivativos de crédito:** um terceiro assume a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação contraída pelo devedor, que recai no patrimônio geral desse terceiro. Avais, fianças e CDS são exemplos dessas garantias.

As garantias fidejussórias são segregadas nos seguintes provedores: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições Financeiras, Soberanos, Tesouro Nacional ou Banco Central.

O Itaú Unibanco utiliza ainda derivativos de crédito para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros. Também são segregados em: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições financeiras e Soberanos.

- **Garantias Reais e Financeiras:** o próprio tomador ou um terceiro destaca um ou mais ativos financeiro e/ou um ou mais bens e/ou um ou mais recebíveis, de forma que, garantida o ressarcimento do credor em caso de inadimplência. Essas garantias são segregadas por tipo: colaterais financeiros, contratos bilaterais e bens.

• **Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações e estruturas jurídicas com poder de mitigação:** o acordo de compensação tem por objetivo reduzir o risco de exposição de crédito de uma parte perante a outra, resultante de operações celebradas entre elas, de forma que, em caso de vencimento, após a compensação, seja identificado o valor líquido devido pela parte devedora à parte credora. É comum ser utilizado em operações de derivativos, mas também pode abranger outros tipos de operações financeiras.

Nas estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação, a mitigação se dá em função de metodologias estabelecidas e aprovadas pelas unidades de negócio responsáveis pela gestão do risco de crédito e pela área centralizada de controle de risco de crédito.

Tais metodologias consideram fatores relativos à exequibilidade jurídica das garantias, os custos necessários para tal e o valor esperado na execução, levando em consideração a volatilidade e a liquidez do mercado.

Para controle dos instrumentos mitigadores, existe monitoramento periódico que acompanha o nível de cumprimento do uso de cada instrumento quando comparado às políticas internas de mensuração, incluindo até planos de ação de correção quando existe desenquadramento, sendo analisados concentração, tipos, provedores e formalização. Os parâmetros utilizados são: HE (Haircut de execução) que avalia a probabilidade de sucesso na execução da garantia; HV (Haircut de Volatilidade) representa a liquidez da garantia que está sendo ofertada, e LMM (Limite de Mitigação Máxima) que é o teto de mitigação para garantias reais.

CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito⁽¹⁾

Em R\$ milhões						31/03/2023
	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros	Das quais: Parcela coberta por garantias	Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito	
Concessão de crédito	808.964	84.302	8.319	75.983	-	-
Títulos de dívida	491.125	486	486	-	-	-
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	142.174	3.387	1.095	2.292	-	-
Demais operações	428.076	6.219	6.219	-	-	-
Total	1.870.339	94.394	16.119	78.275		-
dos quais: em curso anormal ⁽²⁾	27.683	704	171	533		-

1) Os instrumentos mitigadores contemplados nesta tabela são aqueles previstos na Circular BACEN 3.809.

2) Conforme Resolução 54, a partir de 01/01/2022 as operações em curso anormal correspondem àquelas caracterizadas como ativos problemáticos, conceito este definido na Resolução 4.557.

Aumento em títulos de dívida concentrado principalmente na linha de Governos centrais e respectivos bancos centrais e aumento em concessão de crédito observado em empréstimos e financiamentos com garantia de imóveis residenciais.

CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

Em R\$ milhões		Exposições pré FCC e mitigação				Exposições pós FCC e mitigação		31/03/2023		
Categorias	Operações contabilizadas no balanço (a)		Operações não contabilizadas no balanço (b)		Operações contabilizadas no balanço (c)		Operações não contabilizadas no balanço (d)		RWA (e)	Densidade de RWA [e/(c+d)]
	Governos centrais e respectivos bancos centrais	577.125	-	577.125	-	21.597	4%			
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	3.155	469	3.155	384	3.018	85%				
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	707	-	707	-	-	-				
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	140.269	8.342	140.269	4.495	52.035	36%				
Pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	447.496	114.320	447.496	76.368	465.993	89%				
Exposições de varejo	362.536	292.662	362.536	59.047	295.033	70%				
Empréstimos e financiamentos com garantia de imóveis residenciais	136.954	4.082	136.954	4.082	50.967	36%				
Financiamentos para construção de imóveis comerciais	351	265	351	265	308	50%				
Participações societárias	35.448	-	35.448	-	29.858	84%				
Outros ativos	115.131	2.697	115.131	920	116.009	100%				
Total	1.819.172	422.837	1.819.172	145.561	1.034.818	53%				

CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

Em R\$ milhões		Fator de ponderação de risco (FPR)									31/03/2023	
Categorias	0%	10%	20%	35%	50%	75%	85%	100%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)		
	Governos centrais e respectivos bancos centrais	542.600	-	4.267	-	20.807	-	-	7.674		1.777	577.125
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	5	-	88	-	205	-	2.284	957	-	3.539		
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	707	-	-	-	-	-	-	-	-	707		
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	3.599	-	65.112	158	73.877	-	-	2.018	-	144.764		
Pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	10.303	-	-	-	11.858	-	276.911	224.556	236	523.864		
Exposições de varejo	7.317	-	-	-	61.219	351.966	-	-	1.081	421.583		
Empréstimos e financiamentos com garantia de imóveis residenciais	1	-	-	130.686	10.138	-	70	-	141	141.036		
Financiamentos para construção de imóveis comerciais	-	-	-	-	616	-	-	-	-	616		
Participações societárias	-	-	-	-	7.083	-	13.654	14.711	-	35.448		
Outras exposições	42	-	-	-	-	-	-	116.009	-	116.051		
Total	564.574	-	69.467	130.844	185.803	351.966	292.919	365.925	3.235	1.964.733		

O aumento da exposição total das tabelas CR4 e CR5 ocorreu, principalmente nas linhas de Governos centrais e respectivos bancos centrais, pessoas jurídicas e empréstimos e financiamentos com garantia de imóveis residenciais.

Risco de Crédito de Contraparte**CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)**

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral. Abrange instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

O Itaú Unibanco possui regras bem definidas para o cálculo da exposição gerencial e regulatória a este risco, sendo os modelos desenvolvidos utilizados tanto para a governança de consumo de limites e gestão de sublimites das contrapartes, como para a alocação de capital, respectivamente.

A volatilidade gerencial do risco de crédito potencial (RCP) de derivativos (interpretado como o valor da exposição financeira potencial que uma operação pode alcançar até o seu vencimento) e a volatilidade de contratos de compromissadas e operações de câmbio são monitoradas periodicamente para manter a exposição em níveis considerados aceitáveis pela administração da instituição.

O risco pode ser mitigado com a utilização de chamada de margem, *initial margin* ou outro instrumento mitigador.

Atualmente, o Itaú Unibanco não tem impacto no montante de colaterais a serem empenhados no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito. A seguir são apresentadas as exposições regulatórias ao risco de crédito de contraparte.

CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

Em R\$ milhões						31/03/2023
	Valor de reposição	Ganho potencial futuro	Multiplicador empregado no cálculo da exposição	Exposição total pós-mitigação	RWA	
Abordagem SA-CCR	17.400	7.441	1,4	34.777	25.088	
Abordagem CEM	-	-		-	-	
Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				-	-	
Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				563.829	9.363	
Total					34.451	

CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

Em R\$ milhões											31/03/2023
Contraparte	Fator de ponderação de risco (FPR)									Total	
	0%	10%	20%	50%	75%	85%	100%	150%	Outros		
Governos centrais e respectivos bancos centrais	217.927	-	-	-	-	-	-	-	-	-	217.927
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	63	38	-	-	-	101
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	65.270	-	2.617	17.392	-	-	9	-	-	-	85.288
Pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	267.713	-	-	-	-	14.784	11.998	-	-	-	294.495
Exposições de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contrapartes	207	-	-	41	-	-	547	-	-	-	795
Total	551.117	-	2.617	17.433	-	14.847	12.592	-	-	-	598.606

Nas tabelas CCR1 e CCR3 houve um aumento da exposição de operações compromissadas, concentrado em operações com Governos Centrais.

CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

Em R\$ milhões					31/03/2023	
	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos				Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimo de ativos	
	Valor justo dos colaterais recebidos		Valor justo dos colaterais entregues		Valor justo dos colaterais recebidos	Valor justo dos colaterais entregues
	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados		
Depósitos – moeda nacional	-	4.586	-	-	234.193	244.081
Depósitos – outras moedas	-	-	1	4.099	1.726	44.217
Título públicos federais	-	-	13.310	-	276.636	232.421
Títulos emitidos por outros governos centrais	-	-	13.872	127	2.733	3.193
Títulos privados	-	-	19.660	-	21.967	870
Ações	-	-	3	-	5	148
Outros colaterais	-	-	1.559	-	-	43
Total	-	4.586	48.405	4.226	537.260	524.973

Aumento nos colaterais entregues associados a operações de derivativos e compromissadas e aumento nos colaterais recebidos associados a compromissadas.

CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

Em R\$ milhões		31/03/2023	
		Risco transferido	Risco recebido
Valor Nocional			
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)		10.830	20.766
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade		-	-
Swaps de taxa de retorno total		-	15.996
Valor de nocional total		10.830	36.762
Valor justo		302	(375)
Valor justo positivo (ativo)		316	137
Valor justo negativo (passivo)		(14)	(512)

CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

Em R\$ Milhões	31/03/2023	
	Exposição após mitigação	RWA
Exposições a QCCPs (total)		2.591
Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	16.268	542
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	16.128	539
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	5	-
(iv) Demais operações	135	3
Garantia disponibilizada em favor de QCCPs e apartada do patrimônio da entidade depositária	-	
Garantia disponibilizada em favor de QCCPs e não apartada do patrimônio da entidade depositária	7.096	2.028
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	85	21
Exposições a CCPs não qualificadas (total)		-
Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	-	-
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
(iv) Demais operações	-	-
Garantia disponibilizada em favor de CCPs não qualificadas e apartada do patrimônio da entidade depositária	-	
Garantia disponibilizada em favor de CCPs não qualificadas e não apartada do patrimônio da entidade depositária	-	-
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-

Queda das exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, em especial nas linhas de Derivativos Padronizados.

Exposições de Securitização

SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização

Atualmente, o Itaú Unibanco coordena e distribui emissões de valores mobiliários securitizados no mercado de capitais com ou sem garantia firme de colocação. Em caso de exercer a garantia firme o banco assumirá o risco como investidor da operação.

O Itaú Unibanco também se coloca na posição de investidor, onde a instituição adquire as operações com classes de priorização, sênior, mezanino ou subordinada, dos veículos emissores. O processo de decisão de investimento perpassa por diversos fatores, incluindo análise de risco dos ativos subjacentes, perfil de risco dos ativos, retorno atribuído às emissões, mecanismos de subordinação, entre outros.

O Itaú Unibanco não atua como contraparte patrocinadora de nenhuma sociedade de propósito específico com o objetivo de atuar no mercado de securitização, tampouco administra entidades que adquirem títulos de securitização de sua própria emissão/originação.

Em relação à contabilização, cabe observar que (i) os ativos representativos de securitizações de terceiros são contabilizados assim como os demais ativos de titularidade do banco, conforme normas contábeis brasileiras; (ii) e os créditos de securitizações originados da carteira própria do Itaú Unibanco permanecem contabilizados nos casos de cessão de crédito com coobrigação.

No ano de 2023, o Itaú Unibanco não realizou a venda de ativos de securitização de crédito sem retenção substancial de riscos e não cedeu exposições com retenção substancial de riscos, que tenham sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo.

SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária

Em R\$ milhões	31/03/2023								
	Instituição financeira - posições retidas			Instituição financeira - como patrocinadora			Instituição financeira - como investidora		
	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal
Varejo (total), das quais:	-	-	-	-	-	-	7.915	-	7.915
imobiliário residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	3.076	-	3.076
outras	-	-	-	-	-	-	4.839	-	4.839
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atacado (total), das quais:	-	-	-	-	-	-	2.900	-	2.900
demais pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	-	-	-	-	-	-	2.900	-	2.900
imobiliário comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
arrendamento mercantil e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC2.

SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC3.

SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora

Em R\$ milhões	31/03/2023										
	Valores das exposições (por faixa de FPR)					Valor agregado das exposições		RWA		Requerimento de capital	
	≤20%	20% < FPR < 50%	50% ≤ FPR < 100%	100% ≤ FPR < 1.250%	1250%	Abordagem Padronizada	1250%	Abordagem Padronizada	1250%	Abordagem Padronizada	1250%
Exposições totais	-	10.376	206	233	-	10.815	-	4.063	3	325	-
Securitização tradicional, da qual:	-	10.376	206	233	-	10.815	-	4.063	3	325	-
Securitização:	-	10.376	206	233	-	10.815	-	4.063	3	325	-
com ativos subjacentes de varejo	-	7.484	206	225	-	7.915	-	3.300	3	264	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	2.892	-	8	-	2.900	-	763	-	61	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização sintética, da qual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Risco de Mercado

MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

A Política institucional de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução 4.557 e estabelece a estrutura de gestão e controle de risco de mercado, que tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem-informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do Itaú Unibanco, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 4.557 e Resolução BCB N° 111 e alterações posteriores. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado (“*MtM – Mark to Market*”); e

- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o Itaú Unibanco realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do CA, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

O consumo dos limites de risco de mercado é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

Em R\$ milhões	31/03/2023
Fatores de risco	RWA_{MPAD}
Taxas de juros	27.445
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA _{JUR1})	7.135
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA _{JUR2})	11.826
Taxas dos cupons de índices de preço (RWA _{JUR3})	8.484
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA _{JUR4})	-
Preços de ações (RWA_{ACS})	745
Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	1.925
Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})	3.327
Total	33.442

Na comparação com dezembro, a métrica do modelo padronizado (RWA_{MPAD}) teve aumento decorrente basicamente de dois fatores: as exposições aos juros básicos do mercado brasileiro e às taxas de câmbio – duas variações também observadas nos modelos internos, ainda que em menor grau.

MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos

Na abordagem de modelos internos são utilizados os modelos de VaR e VaR estressado. Esses modelos são aplicados sobre as operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária. Para a Carteira de Negociação, os fatores de risco considerados são: taxas de juros, índices de inflação, taxas de câmbio, ações e commodities. Já para a Carteira Bancária, são consideradas taxas de câmbio e commodities. Os modelos de VaR e VaR estressado são utilizados nas empresas do Conglomerado Prudencial apresentadas na tabela a seguir:

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituição	Modelo utilizado para risco de mercado
A1 Hedge Orange Master Fundo de Investimento Multimercado	VaR e VaR Estressado
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	VaR e VaR Estressado
Banco Investcred Unibanco S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Argentina S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú BBA S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Consignado S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Veículos S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco ItauBank S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaucard S.A.	VaR e VaR Estressado
Cloudwalk Kick Ass I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	VaR e VaR Estressado
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	VaR e VaR Estressado
FIDC B2cycle NPL	VaR e VaR Estressado
FIDC Cloudw Akira I	VaR e VaR Estressado
FIDC Orange NP	VaR e VaR Estressado
FIDC Sumup Solo	VaR e VaR Estressado
FII Kinea Desenv. LO	VaR e VaR Estressado
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	VaR e VaR Estressado
Fundo A1 Hedge Orange Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	VaR e VaR Estressado
Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II	VaR e VaR Estressado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA	VaR e VaR Estressado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Rede	VaR e VaR Estressado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul	VaR e VaR Estressado
Fundo em Direitos Creditórios Cielo Emissores I	VaR e VaR Estressado
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	VaR e VaR Estressado
Fundo Kinea Ações	VaR e VaR Estressado
Galaxy BBG GLXY Bitcoin BR ETF	VaR e VaR Estressado
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	VaR e VaR Estressado
Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	VaR e VaR Estressado
Ideal Holding Financeira S.A.	VaR e VaR Estressado
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	VaR e VaR Estressado
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	VaR e VaR Estressado
IT Now Bloomberg Galaxy Bitcoin Fundo de Índice	VaR e VaR Estressado
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank, Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú BBA USA Securities Inc.	VaR e VaR Estressado
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	VaR e VaR Estressado
Itaú Corretora de Valores S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado	VaR e VaR Estressado
Itaú OT Títulos Públicos Renda Fixa Referenciado DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco Holding S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco Veiculos Administradora de Consórcios Ltda.	VaR e VaR Estressado
Itaú Valores S.A.	VaR e VaR Estressado
ITB Holding Ltd.	VaR e VaR Estressado
Kinea Ações Fundo de Investimento em Ações	VaR e VaR Estressado
Kinea CO-investimento Fundo de Investimento Imobiliario	VaR e VaR Estressado
Kinea I Private Equity FIP Multiestrategia	VaR e VaR Estressado
Kinea KP Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	VaR e VaR Estressado
Kinea Ventures FIP	VaR e VaR Estressado
Licania Fund Limited	VaR e VaR Estressado
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	VaR e VaR Estressado
Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor	VaR e VaR Estressado
Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	VaR e VaR Estressado
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	VaR e VaR Estressado
Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A	VaR e VaR Estressado
RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	VaR e VaR Estressado
RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	VaR e VaR Estressado
Tarumã Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado	VaR e VaR Estressado

O Itaú Unibanco, para fins regulatórios, utiliza a metodologia de simulação histórica para o cálculo do VaR e VaR Estressado. Essa metodologia utiliza os retornos observados no passado para calcular os ganhos e perdas de uma carteira ao longo do tempo, com um intervalo de confiança de 99% e um horizonte de manutenção (*holding period*) de no mínimo 10 dias. No dia 31/03/2023, o VaR representou 39% do requerimento de capital, enquanto o VaR Estressado representou 61%. A mesma metodologia é utilizada para fins gerenciais, ou seja, não existem diferenças entre os modelos gerenciais e regulatórios.

Em relação ao modelo de VaR, os retornos históricos são atualizados diariamente. O Itaú Unibanco utiliza no seu modelo de VaR tanto a abordagem sem ponderação, na qual os dados históricos têm o mesmo peso, quanto com ponderação pela volatilidade dos retornos. Para o cálculo de volatilidades, é utilizado o método de alisamento exponencial. A metodologia de VaR Histórico com períodos de manutenção de 10 dias assume que a distribuição esperada para as perdas e ganhos possíveis para a carteira pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado a que esta carteira está exposta. Os retornos observados no passado são aplicados às operações atuais, gerando uma distribuição de probabilidade de perdas e ganhos simulados que são utilizados para estimar o VaR Histórico, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos. Os retornos utilizados nas simulações dos movimentos dos fatores de risco são relativos.

Já em relação ao modelo de VaR Estressado, o cálculo é realizado para um horizonte temporal de 10 dias úteis, considerando-se o nível de confiança de 99% e retornos simples no período histórico de um ano. O período histórico de estresse é calculado periodicamente para o período desde 2004 e pode ser revisto sempre que se julgar necessário. Isso pode ocorrer quando a composição das carteiras do Itaú Unibanco sofrer uma alteração significativa, quando forem observadas mudanças nos resultados da simulação dos retornos históricos ou quando acontecer uma nova crise de mercado. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos.

Além do uso do VaR, o Itaú Unibanco realiza diariamente análises de risco em cenários extremos por meio de um arcabouço diversificado de testes de estresse, a fim de capturar as potenciais perdas significativas em situações extremas de mercado. Os cenários são baseados em crises históricas, prospectivas e em choques pré-determinados nos fatores de risco. Um fator que tem grande influência sobre o resultado dos testes, por exemplo, é a correlação entre os ativos e respectivos fatores de risco, e este efeito é simulado de várias maneiras nos diversos cenários testados.

A fim de identificar seus maiores riscos e auxiliar na tomada de decisão da tesouraria e da alta administração, os resultados dos testes de estresse são avaliados por fatores de risco, bem como de forma consolidada.

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos, com o VaR diário estimado, de acordo com a Circular BACEN 3.646. O número de exceções dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com três intervalos de confiança distintos (99%, 97,5% e 95%) em três janelas históricas distintas (250, 500 e 750 dias úteis). Com isso contempla 9 amostras diferentes, garantindo a qualidade estatística da hipótese de VaR histórico.

O Itaú Unibanco possui um conjunto de processos, executados periodicamente pelas equipes de controles internos, cujo objetivo é replicar de forma independente as métricas que sensibilizam o capital de risco de mercado por modelos internos. Além dos resultados dos processos periódicos, o Itaú Unibanco avalia o processo de mensuração dos horizontes temporais por fatores de risco e a estimativa do período de estresse para o cálculo do VaR estressado. A validação do modelo interno inclui diversos tópicos considerados essenciais para a análise crítica do modelo, como por exemplo, a avaliação das limitações do modelo, a adequação dos parâmetros usados na estimativa de volatilidade e a abrangência a confiabilidade dos dados de entrada.

MR2: Informações sobre as variações do RWA_{MINT}**Exposições sujeitas a risco de mercado**

A tabela a seguir mostra as exposições sujeitas a risco de mercado na abordagem de modelos internos, para apuração do requerimento de capital.

Em R\$ milhões	VaR	VaR estressado	Outros	RWA _{MINT} total
RWA_{MINT} em 31/12/2022	5.550	6.655	10.892	23.097
Mudanças nos níveis de risco	(363)	1.446	-	1.083
Atualizações e mudanças no modelo interno	-	-	-	-
Metodologia e regulação	-	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-	-
Mudanças nas taxas de câmbio	445	830	-	1.275
Outros	-	-	(440)	(440)
RWA_{MINT} em 31/03/2023	5.632	8.931	10.452	25.015

O aumento do RWA_{MINT} em relação ao trimestre anterior foi devido principalmente ao aumento do VaR estressado.

MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado

A tabela a seguir mostra os valores de VaR e VaR estressado apurados pelos modelos internos de risco de mercado.

Em R\$ milhões	31/03/2023
VaR (10 dias, 99%)	
Máximo	240
Médio	100
Mínimo	57
Final do trimestre	75
VaR estressado (10 dias, 99%)	
Máximo	424
Médio	236
Mínimo	170
Final do trimestre	170

Não houve variação relevante em relação ao trimestre anterior, tanto para o VaR quanto para o VaR estressado.

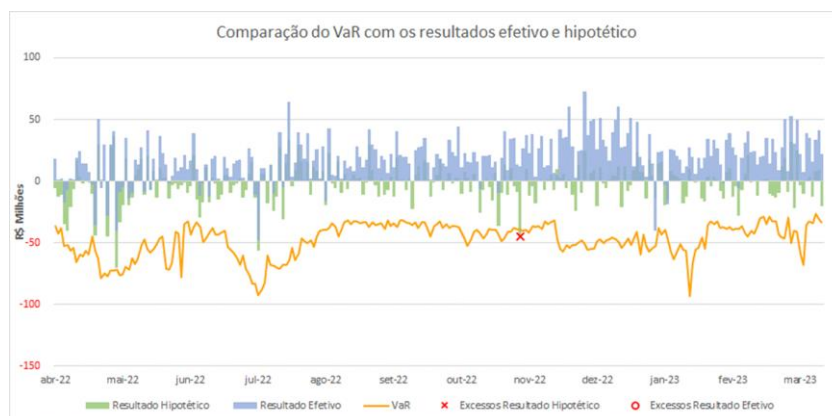
MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético**Teste de Aderência**

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos com o VaR diário. O VaR diário é calculado para um horizonte de manutenção de um dia, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. O percentual de requerimento de capital associado a este modelo é de 100%.

As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária. Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): os resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): faixa intermediária. Sinaliza a necessidade de atenção por meio do monitoramento ou possibilidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): há necessidade de uma ação de melhoria.

O gráfico a seguir mostra a comparação entre o VaR e os resultados efetivo e hipotético:



A exceção em relação ao resultado hipotético ocorreu no dia 10/11/2022, no valor de R\$ 4,9 milhões. Esse excesso foi ocasionado pela alta volatilidade do mercado de juros locais neste dia.

Em relação ao resultado efetivo, não houve exceção.

Os resultados efetivos não incluem tarifas, corretagens e comissões. Não existem reservas de resultado.

Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função gerir os riscos das carteiras de negociação e bancária nos respectivos fatores de risco.

Derivativos: Carteira de Negociação e Carteira Bancária

Em R\$ milhões

31/03/2023

Fatores de Risco	Com Contraparte Central				Sem Contraparte Central			
	Brasil		Exterior		Brasil		Exterior	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	72.254	(264.325)	18.957	(10.213)	1.173.382	(557.357)	101.419	(105.006)
Taxas de Câmbio	200.827	(168.189)	66.068	(88.607)	24.392	(55.862)	354.595	(335.514)
Ações	6.630	(5.193)	274	(758)	66	(838)	-	(3)
Commodities	1.857	(2.573)	5	(22)	685	-	-	-

IRRBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

A Circular BACEN nº 3.876, publicada em janeiro de 2018, dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*).

Para fins desta Circular, definem-se:

- Δ EVE (*Delta Economic Value of Equity*) como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ NII (*Delta Net Interest Income*) como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

As análises de sensibilidade da carteira bancária aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis ou econômicos, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Itaú Unibanco.

A instituição utiliza a metodologia interna para mensuração de Δ EVE e Δ NII. Os valores apurados para o Δ EVE não representam impacto imediato ao patrimônio líquido, enquanto que Δ NII indica potencial volatilidade aos resultados projetados considerando as premissas dos modelos.

Em cumprimento da circular, estão discriminadas abaixo as informações qualitativas e quantitativas acerca do gerenciamento de risco relativo ao IRRBB no Itaú Unibanco.

Estrutura e tratamento

O risco de taxa de juros da carteira bancária refere-se ao risco potencial de impacto na suficiência de capital e/ou nos resultados de intermediação financeira devido a movimentos adversos das taxas de juros, considerando os fluxos relevantes dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O principal objetivo da gestão de ativos e passivos é maximizar a relação entre retorno e risco das posições contidas na carteira bancária, levando em conta o valor econômico dos ativos/passivos e os impactos nos resultados do exercício e nos resultados futuros.

O processo de gerenciamento do risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira bancária ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado.

A estrutura de gerenciamento do IRRBB possui políticas e controles de risco que visam a garantir a adequação ao apetite de risco da instituição. O *framework* do IRRBB possui limites gerenciais granulares para diversas métricas de risco e limites consolidados de Δ EVE e Δ NII e limites associados a testes de estresse.

A unidade de gerenciamento de ativos e passivos é responsável pela gestão dos descasamentos entre fluxos ativos e passivos por faixa de prazos e atua na mitigação do risco de taxa de juros por meio de estratégias de hedge econômico e de hedge contábil.

Todos os modelos associados ao IRRBB possuem um processo robusto de validação independente e seus modelos são aprovados pela CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos). Além disso, todos os modelos e processos são avaliados pela auditoria interna.

O *framework* de risco de taxas de juros da carteira bancária possui medidas de risco gerenciais que são calculadas diariamente para o controle de limites. As métricas de ΔEVE e ΔNII são avaliadas em relação aos limites de apetite de risco e as demais métricas de risco em relação aos limites de risco gerenciais.

No processo de gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária, o tratamento dispensado às operações sujeitas às opcionalidades automáticas é feito por meio de modelos de marcação a mercado que decompõe os produtos, sempre que possível, em instrumentos lineares e não lineares. Os instrumentos lineares são tratados de maneira análoga aos demais instrumentos sem opcionalidades e os instrumentos não lineares possuem um tratamento específico dado por meio de um *Add-on* nas métricas de ΔEVE e ΔNII .

De maneira geral, as operações sujeitas às opcionalidades comportamentais são classificadas como depósitos sem vencimento contratual definido ou produtos sujeitos a pré-pagamento. Os depósitos sem vencimento são classificados em relação à sua natureza e estabilidade para garantir adequação das premissas em relação aos limites regulatórios. O tratamento dispensado aos produtos sujeitos a pré-pagamento é feito por meio de modelos de análise de sobrevivência, cuja dinâmica é determinada com base no comportamento histórico das carteiras. Os fluxos dos instrumentos que possuem características homogêneas são ajustados por modelos específicos de forma a refletir de maneira mais adequada os fluxos de reapreçamento dos instrumentos.

A carteira bancária é composta por operações ativas e passivas originadas pelos diversos canais comerciais (varejo e atacado) do Itaú Unibanco. As exposições de risco de mercado inerentes à carteira bancária são compostas por vários fatores de risco, que são componentes primários do mercado na formação dos preços.

No IRRBB, são consideradas ainda as operações de *hedge* que buscam mitigar os riscos derivados das oscilações dos fatores de risco de mercado e suas assimetrias contábeis.

O risco de mercado gerado pelos descasamentos estruturais é gerenciado por meio de vários instrumentos financeiros, como derivativos de bolsa e no mercado de balcão. Em alguns casos, operações com instrumentos financeiros derivativos podem ser classificadas como *hedge* contábil, de acordo com suas características de risco e fluxo de caixa. Nestes casos, a documentação comprobatória específica é analisada para permitir o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos contábeis e administrativos de *hedges* são definidos pela Circular BACEN nº 3.082.

A modelagem do IRRBB inclui uma série de premissas:

- O ΔEVE e o ΔNII são mensurados com base nos fluxos de caixa dos instrumentos da carteira bancária, decompostos nos seus fatores de risco isolando o efeito de taxa de juros e dos componentes de *spread*;
- Para depósitos sem vencimento os modelos são classificados quanto a sua natureza e estabilidade e distribuídos no tempo considerando os limites regulatórios;
- A instituição utiliza modelos de análise de sobrevivência para o tratamento de operações de crédito sujeitas ao pré-pagamento e modelos empíricos para operações sujeitas ao resgate antecipado;

Outros Riscos

Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do Itaú Unibanco estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos planos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Os principais riscos inerentes a esses produtos estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: Decorre do uso de metodologias e/ou premissas inadequadas na precificação ou provisão dos produtos. Pode se materializar de formas diferentes, a depender do produto ofertado: Em seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas da precificação. Em previdência é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas. Em Capitalização o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco;

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o Itaú Unibanco possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro, previdência e capitalização sejam avaliados adequadamente e reportados aos fóruns pertinentes.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é independente e foca nas especificidades de cada risco.

Por fim, o Itaú Unibanco tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

Risco Social, Ambiental e Climático

Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são a possibilidade de ocorrência de perdas em função da exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climático relacionados às atividades desenvolvidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Os fatores sociais, ambientais e climáticos são considerados relevantes para os negócios do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazos.

A Política de Riscos Social, Ambiental e Climático (Política de Riscos SAC) estabelece as diretrizes e os princípios fundamentais para a gestão dos riscos social, ambiental e climático abordando os riscos mais relevantes para a operação da instituição por meio de procedimentos específicos.

Para mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático são efetuadas ações de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e registro das ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento destes riscos no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Na gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático as áreas de negócio realizam a gestão do risco em suas atividades diárias, seguindo as diretrizes da Política de Riscos SAC e processos específicos, contando com

avaliação especializada de equipes técnicas dedicadas situadas nos times de Compliance Corporativo, Risco de Crédito e Modelagem e Jurídica Institucional, que atuam de forma integrada na gestão de todas as dimensões dos Riscos Social, Ambiental e Climático atreladas às atividades do conglomerado. Como exemplo de diretrizes específicas para a gestão destes riscos, a instituição conta com uma governança específica para concessão e renovação de crédito em alçadas seniores de clientes de determinados setores econômicos, classificados como Setores Sensíveis (Mineração, Siderurgia & Metalurgia, Óleo & Gás, Têxtil e Vestuário, Papel & Celulose, Química & Petroquímica, Frigoríficos, Defensivos e Fertilizantes, Madeira, Energia, Produtores Rurais e Imobiliário), para os quais há uma análise individualizada dos Riscos Social, Ambiental e Climático. A instituição conta ainda com procedimentos específicos para a própria operação da Instituição (patrimônio, infraestrutura de agências e tecnologia), fornecedores, crédito, investimentos e controladas chave. As áreas de Risco de Crédito e Modelagem, Controles Internos e Compliance, por sua vez, dão suporte e garantem a governança das atividades das áreas de negócio. Já a Auditoria Interna, atua de maneira independente, realizando a avaliação da gestão dos riscos, controles e governança.

A governança conta, ainda, com o Comitê de Riscos Social, Ambiental e Climático, que tem como principal competência avaliar e deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, bem como deliberar sobre produtos, operações, serviços, entre outros que envolvam o tema de Riscos Social, Ambiental e Climático.

O Risco Climático abrange: (i) riscos físicos, decorrentes de mudanças nos padrões climáticos, como aumento das chuvas e da temperatura e eventos climáticos extremos, e (ii) riscos de transição, resultantes de mudanças na economia em consequência de ações climáticas, como precificação do carbono, regulamentação climática, riscos de mercado e riscos de reputação.

Considerando a relevância, o risco climático se tornou uma das principais prioridades para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que apoia a Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (Task Force on Climate-related Financial Disclosures - TCFD) e está comprometido com a implementação de suas recomendações. Com este objetivo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está fortalecendo a governança e estratégia relacionadas ao Risco Climático e desenvolvendo ferramentas e metodologias para avaliar e gerenciar estes riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING mensura a sensibilidade do portfólio de crédito aos riscos climáticos aplicando a Régua de Sensibilidade aos Riscos Climáticos, desenvolvida pela Febraban. A ferramenta combina critérios de relevância e proporcionalidade para identificar os setores e clientes dentro do portfólio que apresentam maior sensibilidade aos riscos climáticos, considerando os riscos físicos e de transição. Os setores com maior probabilidade de sofrerem impactos financeiros por mudanças climáticas, seguindo as diretrizes do TCFD são: energia, transportes, materiais e construção, agricultura, alimentos e produtos florestais.

Risco de Modelo

O risco de modelo é o risco proveniente dos modelos utilizados pelo Itaú Unibanco não refletirem de maneira consistente as relações de variáveis de interesse, acarretando resultados que diferem sistematicamente do observado.

A utilização de modelos pode levar à tomada de decisões mais apuradas e seu uso, cada vez mais presente na instituição, tem apoiado decisões estratégicas em diversos contextos, como na aprovação do crédito, no apuração de operações, na estimativa de curvas de volatilidade, no cálculo de capital, entre outros.

Devido ao crescente uso de modelos, impulsionado pela aplicação de novas tecnologias e pela ampliação da utilização de dados, o Itaú Unibanco vem aperfeiçoando sua governança em relação ao desenvolvimento, implantação, uso e monitoramento desses modelos, através da definição de diretrizes, políticas e procedimentos que visam a assegurar a qualidade e a mitigar os riscos associados.

A atuação das áreas responsáveis por modelos é avaliada pelas equipes de Risco Operacional e Auditoria Interna para garantir a aderência a tais políticas. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo dessas avaliações são devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas de defesa e pela alta administração até sua conclusão.

Risco Regulatório ou de Conformidade

O risco regulatório ou de conformidade é o risco de sanções, perdas financeiras ou danos reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado local e internacional, políticas internas, compromissos com reguladores, compromissos voluntários, além de códigos de autorregulação e códigos de conduta aderidos pelo Itaú Unibanco.

O risco regulatório ou de conformidade é gerenciado através de processo estruturado que visa a identificar alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas da instituição e monitorar as ações voltadas para a aderência às exigências normativas e demais compromissos mencionados no parágrafo anterior.

Nesse processo estruturado estão contempladas as seguintes ações: (i) interpretar as alterações do ambiente regulatório; (ii) acompanhar tendências regulatórias; (iii) prezar pelo relacionamento da instituição com os órgãos reguladores, autorreguladores e entidade de representação; (iv) acompanhar os planos de ação para aderência regulatória ou autorregulatória; (v) coordenar programa para atender normas relevantes, como o de Integridade e Ética; (vi) reportar temas regulatórios em fóruns de Risco Operacional e *Compliance* de acordo com a estrutura de colegiados estabelecida em política interna.

Risco Reputacional

O Itaú Unibanco entende o risco reputacional como o risco decorrente de práticas internas e/ou fatores externos que possam gerar uma percepção negativa sobre o Itaú Unibanco por parte de clientes, colaboradores, acionistas, investidores, órgãos reguladores, governo, fornecedores, imprensa e a sociedade de forma geral, podendo impactar a reputação do banco, o valor da sua marca e/ou resultar em perdas financeiras. Além disso, pode afetar a manutenção de relações comerciais existentes, o acesso a fontes de captação de recursos, a atração de novos negócios e de talentos para compor o quadro da empresa ou mesmo a licença para operar.

A instituição entende que a reputação é de suma importância para o atingimento de seus objetivos de longo prazo, sendo a razão pela qual procura o alinhamento entre o discurso, a prática e a atuação ética e transparente, fundamental para ampliar o nível de confiança de seus públicos de relacionamento e partes interessadas. De modo geral, a reputação da instituição permeia sua estratégia (visão, cultura e competências) e é construída a partir das experiências, diretas ou indiretas, estabelecidas entre o Itaú Unibanco e as partes interessadas.

Visto que o risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, a governança do Itaú Unibanco é estruturada de maneira a garantir que estes potenciais riscos sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos, incluindo a utilização de novas tecnologias.

Desta forma, o tratamento dado ao risco reputacional pelo Itaú Unibanco é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas que, por sua vez, são suportados por políticas, tendo como principal objetivo proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais. Dentre eles, destacam-se: (i) arcabouço do apetite de risco; (ii) prevenção e combate a atos ilícitos; (iii) gestão de crises e continuidade dos negócios; (iv) relações governamentais e institucionais; (v) comunicação corporativa; (vi) gestão da marca; (vii) ouvidoria e compromisso com a satisfação de clientes; e (viii) diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e as fraudes, em que o grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a localização, a disposição, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilegais. O Itaú Unibanco estabeleceu uma política corporativa com o intuito de prevenir seu envolvimento com atos ilícitos e proteger sua reputação e imagem perante colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos, incluindo a Circular 3.978/2020 do Banco Central do Brasil entre outras, e a cooperação com as autoridades policial e judiciária.

Também busca um alinhamento contínuo com as melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e capacitação permanente dos colaboradores elegíveis.

Para o Itaú Unibanco estar em conformidade com as diretrizes dessa política corporativa, se estabeleceu um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseado nos seguintes pilares:

- Políticas e Procedimentos;
- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Cumprimento às Sanções;
- Monitoramento, Seleção e Análise de Operações ou Situações Suspeitas;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se ao Conglomerado Itaú Unibanco e suas empresas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho da Administração, Comitê de Auditoria, Comitês de Risco Operacional, Comitê de Gestão de Riscos e Capital, e pelos Comitês de Prevenção à Lavagem de Dinheiro. O documento que expressa as diretrizes estabelecidas no programa corporativo de prevenção e combate a atos ilícitos pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Políticas”, “Política corporativa de prevenção e combate a atos ilícitos”.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco vem desenvolvendo diversos modelos de análise de dados para aprimorar a metodologia de classificação de risco do cliente, monitoramento de transações e KYC, a fim de proporcionar maior acurácia em suas análises e diminuição de falsos positivos. O Itaú Unibanco também vem inovando suas soluções de modelagem utilizando novos métodos baseados em técnicas de *machine learning*, a fim de identificar atividades potencialmente suspeitas.

Além disso, o Itaú Unibanco tem o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes e do público em geral em quaisquer operações. Para isso, possui Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security* e conta com uma estrutura de governança, monitoramento e controle de processos abrangendo tecnologia, áreas de negócio e unidades internacionais, aderentes aos principais reguladores e auditorias externas e às melhores práticas e certificações de mercado.

Para tal, possui a estratégia de proteção de perímetro expandido, conceito que considera que a informação deve ser protegida, onde estiver: dentro da infraestrutura do banco, em um serviço de *cloud* em um prestador de serviço ou em uma unidade internacional, levando também em consideração todo o ciclo de vida da informação, a partir do momento em que é coletada, passando por processamento, transmissão, armazenamento, análise e destruição. Essa estratégia se baseia em processos rígidos de controle, voltados à detecção, prevenção,

monitoração ininterrupto e resposta imediata a ataques e tentativas de invasões à infraestrutura, garantindo, assim, a gestão do risco de segurança e a construção de um alicerce robusto para um futuro cada vez mais digital.

A Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security* pode ser visualizada no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security*”.

Risco País

O Risco País é o risco de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas a tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de eventos político-econômicos e sociais ou ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor.

O Itaú Unibanco dispõe de uma estrutura específica para gestão e controle do risco país, composta de órgãos colegiados e equipes dedicadas, com responsabilidades definidas em política. A instituição possui um fluxo estruturado e consistente, composto por processos que abrangem: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países; e (iii) monitoramento da utilização dos limites.

Risco de Negócio e Estratégia

O risco de negócio e estratégia é o risco decorrente do impacto negativo nos resultados e no capital em consequência de um planejamento estratégico falho, da tomada de decisões estratégicas adversas, da incapacidade do Itaú Unibanco implantar os planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

O Itaú Unibanco implantou diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa de executivos e do CA, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco, e visem a otimizar a relação de risco-retorno. As tomadas de decisões e as definições de diretrizes de negócio e de estratégia contam com pleno envolvimento do CA, principalmente através do Comitê de Estratégia, e dos executivos, através do Comitê Executivo. De modo a tratar o risco adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de governança e processos que envolvem a Área de Riscos nas decisões de negócio e estratégia, visando a garantir que o risco seja gerido e que decisões sejam sustentáveis no longo prazo, sendo eles: (i) qualificação e incentivos de conselheiros e executivos; (ii) processo orçamentário; (iii) avaliação de produtos; (iv) avaliação e prospecção de fusões e aquisições proprietárias; e (v) arcabouço do apetite de risco, restringindo, por exemplo, concentrações de crédito e exposição a riscos relevantes e específicos.

Risco de Contágio

O Risco de Contágio é a possibilidade de ocorrência de perdas para as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial em decorrência de suporte financeiro a entidades não consolidadas, em situação de estresse, na ausência ou além de obrigações previstas contratualmente.

O Itaú Unibanco possui uma estrutura para gestão e controle do risco, equipe dedicada e política que define papéis e responsabilidades. Essa estrutura cobre (i) a identificação de entidades em relação a potencial geração do risco de contágio, (ii) a avaliação de riscos em relacionamentos, (iii) o monitoramento, controle e mitigação do risco de contágio, (iv) a avaliação de impacto em capital e liquidez e (v) reportes.

Faz parte do escopo da governança de risco de contágio os públicos de Partes Relacionadas, composto principalmente por controladores (pessoas físicas e jurídicas), entidades a eles relacionadas e entidades controladas e coligadas (conforme definições da Res. 4.693/18), Fundações, investimentos em entidades não consolidadas, fornecedores de produtos e serviços críticos, cessionárias, compradoras e vendedoras de ativos relevantes, terceiros com produtos distribuídos pelo Itaú Unibanco e terceiros para os quais o Itaú Unibanco distribui produtos, além de toda a análise das Unidades Internacionais.

Riscos Emergentes

São aqueles com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação e mitigação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, tais como o risco Geopolítico e Macroeconômico e as Mudanças Climáticas. Suas causas podem ser originadas por eventos externos e resultarem no surgimento de novos riscos ou na intensificação de riscos já acompanhados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A identificação e monitoramento dos Riscos Emergentes são assegurados pela governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, permitindo que estes riscos também sejam incorporados aos processos de gestão de riscos.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Itaú Unibanco classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Itaú Unibanco;
- Interrupção das atividades do Itaú Unibanco;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades no Itaú Unibanco.

Na gestão de risco operacional, inclui-se o risco de conduta, que é objeto de ações mitigatórias que contemplam a avaliação do desenho do produto e dos modelos de incentivos. Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. O Itaú Unibanco possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao CA, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, conseqüentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

Os gestores das áreas executivas utilizam-se de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pelas Áreas de Risco Operacional e *Compliance* Corporativo e PLD. Entre as metodologias e ferramentas utilizadas, destacam-se a autoavaliação e o mapa de riscos priorizados da instituição, a aprovação de processos, produtos,

o monitoramento de indicadores chave de risco e a base de dados de perdas operacionais, garantindo uma base conceitual única para o gerenciamento de processos, riscos, projetos e novos produtos e serviços.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público - Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos”, versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Relatórios”.

Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios

O Programa de Continuidade de Negócios do Itaú Unibanco tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de suas linhas de negócio e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto à confiança de seus clientes e parceiros estratégicos em sua prestação de serviços e produtos.

Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Abaixo estão as descrições/características dos planos existentes:

- Plano de Recuperação de Desastres (PRD): estratégias de resiliência que, após falhas tecnológicas ou interrupção do datacenter principal, retoma e reestabelece os processos, atividades e recursos críticos (infraestrutura tecnológica, telecomunicações, sistemas, aplicações e dados).
- Plano de Contingência de Local de Trabalho (PCLT): estratégias definidas para que os processos críticos e os produtos/serviços críticos continuem em operação em local de trabalho alternativo caso o local principal fique inoperante ou inacessível.
- Plano de Contingência Operacional (PCO): alternativas para execução de processos críticos, sejam elas alternativas sistêmicas, processuais ou resposta a emergências.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para avaliação da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): identifica e avalia o impacto nos negócios da organização, diante de situações de interrupções de seus processos, motivadas por falhas de origem de riscos humanos, naturais, climáticos, ambientais, sociais e/ou tecnológicos. A análise é utilizada para definir a priorização de recuperação dos processos e serviços críticos da organização e nortear as estratégias de continuidade dos negócios e atuação em crises;
- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças no entorno dos prédios utilizados pelo Itaú Unibanco.

Considerando a dependência que alguns processos possuem com relação a serviços de terceiros, o Programa de Continuidade de Negócios conta com um processo de autoavaliação dos fornecedores em relação ao risco de indisponibilidade dos serviços prestados na perspectiva de resiliência para ameaças de interrupção.

Adicionalmente a instituição conta com o Programa de Gerenciamento de Crises implantado de forma corporativa, que visa gerenciar, com respostas tempestivas e integradas, os eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou qualquer outra natureza que ameacem a imagem, a reputação e/ou a viabilidade de seus processos perante seus clientes, colaboradores, reguladores, investidores e sociedade.

O Programa estabelece um fluxo frequente de acultramento junto a alta administração da companhia, bem como uma análise constante dos cenários e eventos de alto impacto para estabelecer planos de respostas alinhados às ameaças atuais.

Para avaliar a eficiência e identificar pontos de melhorias nos planos de resposta à crise, são realizados testes, com a periodicidade mínima de uma vez ao ano.

Os Programas de Continuidade de Negócios e Gerenciamento de Crises são compostos por procedimentos normativos que definem os papéis e responsabilidades das equipes envolvidas nos programas.

Validação Independente de Modelos de Riscos

O Itaú Unibanco realiza validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada por diretoria apartada das áreas de negócio e controle de risco, garantindo a independência das avaliações.

A metodologia de validação, definida em política interna específica, é aderente aos requisitos regulatórios, como por exemplo, os estabelecidos nas Circulares BACEN 3.646, 3.674, 3.876 e Resoluções 2.682 e 4.557. As etapas de validação incluem, entre outras:

- Verificação do desenvolvimento matemático e teórico dos modelos;
- Análise qualitativa e quantitativa dos modelos, incluindo a declaração de variáveis, construção de calculadora independente e a adequação das referências técnicas utilizadas;
- Quando aplicável, comparação com modelos alternativos e *benchmarks* internacionais;
- *Backtesting* histórico do modelo;
- Avaliação da adequação da implantação dos modelos nos sistemas utilizados.

Adicionalmente, a área de validação avalia o programa de teste de estresse.

A atuação da área de validação independente e as validações de processos e modelos são avaliadas pela Auditoria Interna e submetidas a comitês específicos, compostos por membros da alta administração. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo do processo de validação independente estão devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas de defesa e pela alta administração até sua conclusão.

Glossário de Siglas

A

- ACP - Adicional de Capital Principal
- ACCP - Adicional Contracíclico de Capital Principal
- ASF - *Available Stable Funding* (Recursos Estáveis Disponíveis)
- AVA - Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças

B

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BCB - Banco Central do Brasil
- BIA – *Business Impact Analysis* (Análise de Impacto nos Negócios)

C

- CA - Conselho de Administração
- CCR - Risco de Crédito de Contraparte
- CCP – Contrapartes Centrais não Qualificadas
- CDP - *Carbon Disclosure Project*
- CDS – *Credit Default Swap*
- CEM - *Current Exposure Method*
- CEO - *Chief Executive Officer*
- CGRC - Comitê de Gestão de Risco e Capital
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- Comef - Comitê de Estabilidade Financeira
- CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliário
- CRO - *Chief Risk Officer*
- CTAM – Comissão Técnica de Avaliação de Modelos
- CVA - *Credit Valuation Adjustment*

D

- DLP - Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo
- DRL - Demonstrativo de Risco de Liquidez
- DV - *Delta Variation* (medida de sensibilidade)

E

- EMD - Entidades Multilaterais de Desenvolvimento
- EP - Princípios do Equador
- EVE – *Economic Value of Equity*

F

- FCC - Fator de Conversão de Crédito
- FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
- FIDC - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios
- FPR - Fatores de Ponderação de Riscos

G

- GAPS - Análise de Descasamentos
- GHG - *Greenhouse Gas Protocol*
- Gregas - Sensibilidade aos Diversos Fatores de Riscos

H

- HE - Haircut de Execução
- HQLA - *High Quality Liquid Assets*
- HV - Haircut de Volatilidade

I

- ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (Processo interno de avaliação da adequação de capital)
- IRRBB – *Interest Rate Risk in the Banking Book*

K

- KYC - *Know Your Customer* (Conheça seu cliente)
- KYP - *Know Your Partner* (Conheça seu parceiro)
- KYS - *Know Your Supplier* (Conheça seu fornecedor)
- KYE - *Know Your Employee* (Conheça seu funcionário)

L

- LCR - *Liquidity Coverage Ratio*

M

- MtM - *Mark to Market*

N

- NII – *Net Interest Income*
- NSFR - *Net Stable Funding Ratio*

P

- PCN - Plano de Continuidade de Negócios
- PIB - Produto Interno Bruto
- PR - Patrimônio de Referência
- PRI - Investimento Responsável
- PVA – *Prudential Valuation Adjustment (Ajustes Prudenciais)*

Q

- QCCP - *Qualifying Central Counterparty (Contrapartes Centrais Qualificadas)*

R

- RA - Razão de alavancagem
- RAS - *Risk Appetite Statement*
- RSF - *Required Stable Funding (Recursos Estáveis Requeridos)*
- RWA - *Risk Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)*
- RWA_{CPAD} - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito
- RWA_{CPiNB} – montante dos ativos ponderados pelo risco correspondente às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário, calculados para as jurisdições cujo ACCPi seja diferente de zero
- RWA_{MINT} - Parcela relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem de modelos internos
- RWA_{MPAD} - Parcela relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem padronizada
- RWA_{OPAD} - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional

S

- S.A - Sociedade Anônima
- SAC - Social, Ambiental e Climático
- SA-CCR - *Standardised Approach to Counterparty Credit Risk*
- SFN - Sistema Financeiro Nacional

T

- TCFD - *TaskForce on Climate-Related Financial Disclosures*
- TI - Tecnologia da Informação
- TLAC - *Total Loss-Absorbing Capacity*
- TVM - Títulos e Valores Mobiliários

V

- VaR - *Value at Risk* (perda máxima dado horizonte de tempo e intervalo de confiança)

Glossário de Regulamentos

- Circular BACEN 3.644, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.646, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.674, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.748, de 26 de fevereiro de 2015
- Circular BACEN 3.749, de 05 de março de 2015
- Circular BACEN 3.751 de 19 de março de 2015
- Circular BACEN 3.769, de 29 de outubro de 2015
- Circular BACEN 3.809, de 25 de agosto de 2016
- Circular BACEN 3.846, de 13 de setembro de 2017
- Circular BACEN 3.869, de 19 de dezembro de 2017
- Carta Circular BACEN 3.907 de 10 de setembro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.876 de 31 de janeiro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.082 de 30 de janeiro de 2012
- Carta Circular BACEN 3.978 de 23 de janeiro de 2020
- Comunicado BACEN 39.864 de 2 de março de 2023
- Resolução BCB 54 de 16 de dezembro de 2020
- Resolução BCB 111 de 06 de Julho de 2021
- Resolução CMN 2.682 de 22 de dezembro de 1999
- Resolução CMN 4.955, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.958, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.327, de 25 de abril de 2014
- Resolução CMN 4.502, de 30 de junho de 2016
- Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017
- Resolução CMN 4.589, de 29 de junho de 2017
- Resolução CMN 4.693, de 29 de outubro de 2018